



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**



JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

**GARANTIA SAFRA: UM ESTUDO DESCRITIVO NA UNIDADE OPERATIVA DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA – PB**

SOUSA - PB

2016

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

**GARANTIA SAFRA: UM ESTUDO DESCRITIVO NA UNIDADE OPERATIVA DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA – PB**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: MSc Flávio Lemenhe

SOUSA-PB

2016

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

**GARANTIA SAFRA: UM ESTUDO DESCRITIVO NA UNIDADE OPERATIVA DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA – PB**

Data da aprovação ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. MSc Flávio Lemenhe

Orientador

Prof. Dr. Valterlin da Silva Santos

Examinador(a) 1

Profª MSc Islania Andrade de Lira Delfino

Examinador(a) 2

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que nos concedeu o folego da vida, que através de seus ensinamentos e doutrinas cristãs, nos concede o dom da sabedoria para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas ao longo de nossa vida.

Aos meus familiares, que sempre nos apoiam, nos incentivam nos momentos de dificuldades, a minha mãe, Maria do Socorro (in memória) e ao meu pai, José Joaquim que sempre me incentivou e me trouxeram ao mundo.

Ao meu professor orientador Flávio Lemenhe, pelo imenso apoio, atenção e paciência que lhe é peculiar, e contribuiu para minha formação, assim como todos os meus professores e funcionários da UFCG, campus Sousa.

A minha namorada Petrócia Barbosa por está presente em todos os momentos de minha vida.

Aos meus colegas de sala, que estiveram ao longo dos anos, presentes nos momentos de tensão, diversão e nos estudos, durante todo o curso.

RESUMO

O Programa Garantia Safra é um programa do Governo Federal destinado aos agricultores familiares, que sejam enquadrados no “PRONAF B” e que tiveram perdas nas culturas cobertas pelo seguro, em pelo menos 50% do conjunto de culturas do programa, que são: feijão, milho, arroz, mandioca, algodão e outras culturas a depender do comitê gestor do programa e respeitando as especificidades de cada região (EMATER, 2015). Esta pesquisa tem como objetivos descrever aspectos do Programa Garantia Safra, bem como verificar a titularidade das pessoas cadastradas e o cultivo relacionado ao referido programa no município de São José da Lagoa Tapada – PB, no ano de 2015. Para tanto foi realizada uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa, tendo como base dados secundários obtidos a partir de levantamento dos cadastros de agricultores realizados pela EMATER – PB (Unidade Operativa do Município de São José da Lagoa Tapada – PB). Como resultados, para todos os 13 Polos de inscrição, tem-se que a maioria dos cadastros possui dois titulares e que, neste caso, o responsável pelo sustento da família é o pai. Percebeu-se que, nos cadastros com somente um titular, há relação entre o gênero do titular e o gênero do responsável pelo sustento. No que se refere ao cultivo, tem-se que a área cultivada de 0,60 hectares possui o maior percentual observado e que a área média cultivada é de 0,74 hectares nos 13 polos. As culturas feijão e Milho (em conjunto) são as mais cultivadas.

ABSTRACT

The Harvest Guarantee Program is a federal government program for farmers, which will be dealt with "PRONAF B" and who had losses on crops covered by insurance, at least 50% of the program set of cultures that are: beans, corn, rice, cassava, cotton and other crops depending on the program's management committee and respecting the specificities of each region (EMATER, 2015). This research aims to describe aspects of the Program Harvest Guarantee and verify the ownership of the registered persons and the related cultivation to the program in the municipality of São José da Lagoa Tapada - PB, in the year 2015. For this descriptive survey was conducted, document and quantitative, based on secondary data obtained from the survey of the records of farmers conducted by EMATER - PB (Operative Unit of the Municipality of São José da Lagoa Tapada - PB). As a result, for all 13 registration Poles, it has the most entries has two holders and that, in this case the responsibility for the family's livelihood is the father. It was noticed that the entries with only one holder, no relationship between the gender of the holder and the genre responsible for supporting. As regards the cultivation, which has been cultivated area of 0.60 hectares has greater proportion and the average is cultivated area of 0.74 hectares in 13 poles. Bean and corn crops (together) are the most cultivated.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CMDRS – Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural Sustentável

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

GS – Garantia Safra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA – Programa de Aquisição de Alimento

PENATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SEDAP – Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca

SMA – Secretaria Municipal de Agricultura

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

U.O – Unidade Operativa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Aportes ao fundo Garantia Safra 2015/16.....	26
Tabela 2: Numero total de cotas 2015/16: 1,350 Milhão.....	29
Tabela 3 – Polos (em ordem decrescente de agricultores).....	38
Tabela 4 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (todos os 13 Polos).....	40
Tabela 5 – Área cultivada e cultivo (todos os 13 Polos).....	43
Tabela 6 – Caracterização de cada Polo e de todos os Polos (Titulares).....	44
Tabela 7 – Caracterização de cada Polo e de todos os Polos (Cultivo).....	45
Tabela 8 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Mandioca).....	47
Tabela 9 – Área cultivada e cultivo (Polo Mandioca).....	47
Tabela 10 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Mocó).....	48
Tabela 11 – Área cultivada e cultivo (Polo Mocó).....	49
Tabela 12 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Logradouro).....	50
Tabela 13 – Área cultivada e cultivo (Polo Logradouro).....	50
Tabela 14 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Tabuleiro do Meio).....	51
Tabela 15 – Área cultivada e cultivo (Polo Tabuleiro do Meio).....	52
Tabela 16 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Cacaré).....	52
Tabela 17 – Área cultivada e cultivo (Polo Cacaré).....	53
Tabela 18 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Caatinga).....	54
Tabela 19 – Área cultivada e cultivo (Polo Caatinga).....	54
Tabela 20 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Formigueiro).....	55
Tabela 21 – Área cultivada e cultivo (Polo Formigueiro).....	56

Tabela 22 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Sarapó).....	56
Tabela 23 – Área cultivada e cultivo (Polo Sarapó).....	57
Tabela 24 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Mirante).....	58
Tabela 25 – Área cultivada e cultivo (Polo Mirante).....	58
Tabela 26 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Cais).....	59
Tabela 27 – Área cultivada e cultivo (Polo Cais).....	60
Tabela 28 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Curral Velho).....	60
Tabela 29 – Área cultivada e cultivo (Polo Curral Velho).....	61
Tabela 30 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Barro Branco).....	61
Tabela 31 – Área cultivada e cultivo (Polo Barro Branco).....	62
Tabela 32 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Extrema).....	63
Tabela 33 – Área cultivada e cultivo (Polo Extrema).....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Principais programas do PRONAF	18
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	DO TEMA AO PROBLEMA.....	12
1.2	OBJETIVOS	14
	1.2.1 Objetivo Geral.....	14
	1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3	JUSTIFICATIVA	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	PRINCIPAIS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DIRECIONADOS À AGRICULTURA FAMILIAR	16
	2.1.1 Resumo dos Programas e Ações do Governo Federal Para a Agricultura Familiar 18	
	2.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF	18
	2.1.1.2 Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.....	19
	2.1.1.3 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	19
	2.1.1.4 Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE.....	20
	2.1.1.5 Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF	20
	2.1.1.6 Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.....	20
	2.1.2 Programas e Ações do Governo da Paraíba.....	22
	2.1.2.1 Programa Estadual de Distribuição de Sementes	22
	2.1.2.2 Programa Leite da Paraíba.....	22
	2.1.2.3 Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA.....	22
	2.1.2.4 Programa Palma Resistente a Cochonilha do Carmim	23
	2.1.3 Principais Ações Municipais.....	23
2.2	GARANTIA SAFRA	24
	2.2.1 Histórico	26
	2.2.2 Legislação que Fundamenta o Garantia Safra	28
	2.2.3 Garantia Safra no Nordeste.....	28
	2.2.4 Garantia Safra na Paraíba.....	30
	2.2.5 Garantia Safra em São José da Lagoa Tapada – PB.....	30
2.3	A EMATER – PB	31
	2.3.1 Da Estrutura Organizacional da Emater	32
	2.3.2 A Emater em São José da Lagoa Tapada.....	33

3	METODOLOGIA.....	35
3.1	TIPOLOGIAS DE PESQUISA	35
3.2	ÁREA DE ESTUDO	36
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
4.1	DESCRIÇÃO DE TODOS OS POLOS	39
4.1.1	Titulares.....	39
4.1.2	Cultivo.....	41
4.2	DESCRIÇÃO DE CADA POLO	43
4.2.1	Polo Mandioca.....	46
4.2.2	Polo Mocó	48
4.2.3	Polo Logradouro	49
4.2.4	Polo Tabuleiro do Meio.....	51
4.2.5	Polo Cacaré	52
4.2.6	Polo Caatinga	53
4.2.7	Polo Formigueiro	55
4.2.8	Polo Sarapó	56
4.2.9	Polo Mirante.....	57
4.2.10	Polo Cais	59
4.2.11	Curral Velho	60
4.2.12	Polo Barro Branco	61
4.2.13	Polo Extrema.....	62
5	CONCLUSÃO.....	64
6	REFERÊNCIAS.....	67
	ANEXO	69

1 INTRODUÇÃO

Este tópico trata do tema e do problema da pesquisa, dos objetivos e da justificativa. Além do presente tópico, a pesquisa é composta pelo referencial teórico, metodologia, resultados e conclusão, além de referências e anexo.

1.1 DO TEMA AO PROBLEMA

O semiárido brasileiro, de uma maneira geral, é uma região marcada pela extrema pobreza, apesar de que, nas últimas décadas, observam-se avanços, impulsionados por fatores que vão desde políticas de acesso a terra até políticas públicas agrícolas capazes de gerar renda no meio rural (IPEA, 2009).

Apesar da existência de projetos sustentáveis e de políticas públicas capazes de promover o social, voltadas para o meio rural e, principalmente, para a agricultura familiar que corresponde a uma grande fatia dos estabelecimentos rurais no Brasil, ainda é notória a ineficiência das políticas públicas existentes. Há a necessidade de que mudanças significativas ocorram para, no longo prazo, possibilitar a redução das desigualdades sociais do semiárido brasileiro frente às outras regiões do Brasil (SANTOS & GOIS, 2011).

Diante desse cenário, o estado tem feito intervenções para tentar minimizar os problemas e as desigualdades sociais reconhecidas historicamente frente a outras regiões do país. São programas que contribuem e/ou minimizam a sobrevivência dessa população, contribuindo para fixação dessas famílias em sua região de origem, dando condições mínimas de sobrevivência. Com esta intervenção as famílias vêm desempenhando suas atividades rurais via agricultura de subsistência e atividades afins no meio rural.

Como exemplo destes programas, tem-se o Garantia Safra - GS, que é uma extensão do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que asseguram às famílias de agricultores que residam em municípios da área da SUDENE - sujeitas a perda de produção ocasionada pela seca ou excesso de chuvas (MDA - Políticas Públicas, 2013).

O GS surge em função da extinção dos programas emergenciais outrora existentes. Por ocasião das secas, o Estado mobilizava os agricultores (as) nas chamadas frentes emergenciais para realizarem diversas obras no meio rural, como por exemplo, obras de infraestrutura, reservatórios hídricos, estradas etc. (IPEA, 2009, p. 284).

Esses programas outrora existentes foram extintos devido a pouca eficácia e ao favorecimento de grandes latifundiários que recebiam essas obras em seus imóveis rurais das frentes emergenciais a custo zero, contribuindo com o paternalismo político que era uma prática associada aos programas emergenciais (EMATER-PB, U.O, 2016).

O GS garante aos agricultores aderidos um valor que se aproxima de um salário mínimo em cinco parcelas mensais. Para que os agricultores tenham acesso ao seguro é necessária a adesão do estado e municípios e agricultores, cada qual, com um percentual comprovado à perda de 50% ou mais da produção agrícola das culturas do feijão, milho, arroz, mandioca, algodão e outras culturas definidas pelo comitê gestor do programa que varia em algumas regiões (MDA - Políticas Públicas, 2013).

Além do Garantia Safra, foco da pesquisa, que agrega um grande número de famílias nos municípios, observa-se também outros programas, tais como: microcrédito rural para pequenos agricultores; aquisição de imóvel rural para os agricultores que não possuem terra ou que possuem pequenas áreas; bolsa família; auxílio maternidade, dentre outros (EMATER-PB, U.O, 2016).

Diante do exposto faz-se a seguinte indagação: **Quais as características dos agricultores cadastrados no Programa Garantia Safra no município de São José da Lagoa Tapada – PB?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar características do Programa Garantia Safra no município de São José da Lagoa Tapada – PB.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever aspectos do Garantia Safra.
- Verificar a titularidade das pessoas cadastradas no Garantia Safra no município pesquisado.
- Verificar o cultivo relacionado ao Garantia Safra no município pesquisado.

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa tem sua relevância social, científica e pessoal. A relevância social está relacionada à importância do Programa Garantia Safra para as famílias de agricultores. O conhecimento de informações relacionadas aos titulares cadastrados e ao cultivo podem permitir que ações ligadas diretamente ao Garantia Safra sejam tomadas, bem como ações não ligadas ao Garantia Safra.

Informações sobre a propriedade da terra ou a posse da terra não são consideradas no Formulário. Esta informação pode ser importante para se estudar as relações a que são submetidos os agricultores familiares no desempenho de suas atividades.

A maior incidência do pai como responsável pelo sustento familiar (especialmente quando há dois titulares cadastrados), pode levar os Governos a desenvolver ações específicas para as mães, capacitações em outras atividades não ligadas diretamente às atividades de agricultura familiar, porém, quando da realização de novas inscrições do GS a recomendação é de que a titular seja do sexo feminino.

A relevância científica pode ser percebida na descrição de uma realidade local do Programa Garantia Safra. O entendimento da realidade dos 13 polos, bem como de cada polo individualmente podem possibilitar outras pesquisa que poderão gerar melhorias para as famílias de agricultores.

Já a relevância pessoal está relacionada ao pesquisador que além de ser estudante de graduação em Administração, é técnico agrícola e atua na Unidade Operativa da EMATER – PB no município de São José da Lagoa Tapada - PB. Portanto, parte diretamente interessada nos resultados da pesquisa e nas possíveis propostas de alteração que podem surgir.

O programa GS em São José da Lagoa Tapada-PB, por envolver um grande número de agricultores, torna-se difícil seu controle e são comuns casos de inscrições com insuficiência de informações reais, não realização do plantio por diversos motivos, abandono de lavoura etc. Do total das inscrições, entendemos que há um percentual significativo de pessoas que não realizam o plantio por diversos motivos, dentre os mais frequentes são: não possui perfil de agricultor, não realizou o plantio por ocasião das chuvas irregulares, áreas plantadas abaixo do mínimo estabelecido pelo programa, abandono de lavoura dentre outros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PRINCIPAIS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DIRECIONADOS À AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultura familiar é muito amplo e apresenta algumas divergências entre os autores e entidades públicas em torno de sua definição, porém, ao mesmo tempo apresenta alguns pontos comuns que são: a família como sendo detentora da força de trabalho, o trabalho no meio rural como meio de sobrevivência, os produtos oriundos da mão de obra familiar e sua forma tradicional e valores expressos por eles, Ferraz ET alii (2008, apud SANTOS & GOIS, 2011)

A agricultura familiar, para a FAO/INCRA (SANTOS & GOIS, 2011), é basicamente apoiada em três pilares básicos que as define, como sendo: “a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; e os fatores de produção pertencem à família”, o autor destaca uma exceção, quanto à titularidade do imóvel rural, que para o seu uso poderá ser através de contrato de arrendamento, parceria, posseiro etc, e sua sucessão por falecimento. Outros autores fazem referência ao conceito de agricultura familiar, a saber:

Para Bittencourt e Bianchini (1996, apud SANTOS & GOIS, 2011, p. 226) “para eles, agricultura familiar é todo aquele agricultor que tem na agricultura sua principal fonte de renda (mais de 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros, temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento”.

Para o autor, são pressupostos básicos para enquadramento no conceito de agricultura familiar, a família que obtêm cerca de no mínimo 80 % da renda familiar oriunda do estabelecimento rural e a família seja detentora da força de trabalho rural, porém esporadicamente é permitida a contratação temporária de mão de obra de terceiros, sendo que, essas contratações não ultrapassem 25 % do total da força de trabalho familiar.

Do Carmo (1999, apud SANTOS & GOIS, 2011, p. 226) “refere-se à agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas levam em consideração também as necessidades e objetivos

da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar, estes fatores estão intimamente relacionados”.

Conforme o autor, no ambiente familiar, as decisões gerenciais nem sempre adotam critérios técnicos para a obtenção de melhores resultados na realização das atividades rurais. A viabilidade econômica nos cultivos nem sempre prevalece durante a seleção das atividades rurais a serem trabalhadas, ou seja, na implantação de lavouras e na criação de animais. Fatores culturais, também tem peso significativo nas escolhas durante o processo decisório, prevalecendo, na maioria dos casos, os cultivos e criações tradicionais e com práticas rústicas de cultivos repassadas pelos seus antecessores.

O Nordeste do Brasil é a região onde são constatados os piores índices socioeconômicos do Brasil. Os dados comprovam as disparidades entre os dados dessa região, comparadas com a média nacional. Números comprovam que a expectativa de vida ao nascer é de 69 anos, e a média nacional é de 72 anos. Na educação, a taxa de analfabetismo é de quase 20 pontos percentuais, quase 10 pontos acima da média nacional. Já em relação aos rendimentos, no nordeste, a renda média é de R\$ 381,00 dos R\$ 628,00 observados da média no Brasil. Esses dados tendem a piorar significativamente, quando observados no meio rural, ou seja, para a população nordestina do campo a realidade é bastante crítica (IPEA, 2009, p. 100).

Conforme os dados do censo agropecuário 1995/96, relativos ao número dos estabelecimentos rurais no Brasil, os agricultores familiares correspondem a 85,2 % do total dos estabelecimentos rurais, e apenas 30,5 % da área total. E a região Nordeste, é a que apresenta o maior número de agricultores familiares, representando 88,2 % do total dos estabelecimentos rurais do Brasil e ocupa uma área de 43,5% da região, (SANTOS; GOIS, 2011).

Conforme o autor, a população rural nordestina representa 35% da demografia da região. Essa população convive, com problemas de urbanização, acesso precário a terra, problemas de infraestrutura produtiva e o histórico êxodo rural característico dessa região (IPEA, 2009).

Nesse contexto, ao longo dos anos, o estado tem feito intervenções nessa região visando minimizar os problemas que afeta essa região há séculos, melhorando a vida do homem do campo e reduzindo a migração desses camponeses aos grandes centros urbanos agravando ainda mais os problemas sociais nesses centros.

Segue um breve relato dos principais programas/ações governamentais do Governo Federal e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), destinados aos agricultores familiares, que abrange também, os assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e pescadores.

2.1.1 Resumo dos Programas e Ações do Governo Federal Para a Agricultura Familiar

2.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Tem por finalidade permitir aos agricultores concessão de crédito para o financiamento de suas atividades rurais e não rurais, compra de equipamentos, máquinas, veículo, animais etc. Podendo, para o acesso ao crédito, ser de forma individual ou coletiva e com taxas de juros abaixo das praticados no mercado, o programa possui várias linhas de financiamento de atividades distintas, beneficiando diversas atividades rurais e meios de produção, conforme resumo do quadro: 01 (MDA - Políticas Públicas, 2013).

Quadro 01: principais programas do PRONAF

Pronaf Custeio	financia os custos das diversas atividades como: aquisição de ração animal, condução de culturas agrícolas, processamento de produtos e industrialização de produtos de origem agropecuária
Pronaf Mais Alimentos	atividades que proporcione o aumento de produtividade agropecuária e não agropecuária do estabelecimento rural ou próximo
Microcrédito Rural	programa de crédito que atende aos pronafianos do grupo “B” possui bônus de adimplência aos agricultores e de fácil acesso, atendendo atividades agropecuárias e não agropecuárias
Pronaf Agroecologia	atividades agropecuárias com a metodologia de produção orgânica ou agroecológica, financiando ainda os custos relativos à implantação e manutenção da unidade de produção
Pronaf Mulher	Financia diversas atividades no meio rural, desde atividades agropecuárias, turismo, artesanato, dentre outras, gerando renda para a mulher agricultora, que para ter acesso ao crédito, independe de seu estado civil
Pronaf Eco	programa destinado à implantação ou recuperação de tecnologias renováveis, projetos de obtenção de energia hídrica, biocombustíveis, recuperação de solos, etc
Pronaf Agroindústria	financiam as atividades agrícolas, com investimento para o beneficiamento de produtos, o processamento deles e comercialização, agropecuária e não agropecuária da

	unidade de produção, e projetos de infraestrutura
Pronaf Semiárido	projetos que assegurem a segurança hídrica, aquisição de equipamentos de irrigação, melhorias ou modernização dessas estruturas agropecuárias e não agropecuárias, assegurando a sustentabilidade desses empreendimentos
Pronaf Jovem	o programa atende aos jovens entre 16 e 29 anos. Permite a esse público o acesso ao crédito do Pronaf para financiar as atividades rurais em investimentos, ampliação e modernização
Pronaf Floresta	atende as atividades florestais extrativistas, recuperação, exploração e inclusive nas reservas legais
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	destinados em especial às associações e cooperativas de agricultores familiares, através do financiamento para o custeio do beneficiamento e industrialização da produção
Pronaf Cota-Parte	assegura recursos para os agricultores buscarem a integralização ou ampliação de suas cotas-parte em suas cooperativas, nas modalidades de custeio, capital de giro ou investimento

Fonte: elaborada pelo autor (2016).

2.1.1.2 *Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER*

Tem por finalidade transferir/acompanhar o setor agropecuário por meio da extensão rural especializada, assim também, promover o acesso dos agricultores aos programas governamentais para o setor agropecuário e afins. O MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) em parceria com as instituições públicas ou privadas de ATER nos estados, priorizando as sem fins lucrativos, garantem o acompanhamento técnico em todas as etapas de produção agropecuária. A PENATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural) é base legal de toda política pública de ATER e sua atuação no país (MDA - Políticas Públicas, 2013).

2.1.1.3 *Programa de Aquisição de Alimentos – PAA*

Programa criado em 2003 e atualizado pela lei de nº 12512/2011, operacionalizado pela CONAB, tem por finalidade transferir os produtos agropecuários dos agricultores diretamente às instituições públicas. As instituições atendem a população em situação de insegurança alimentar e nutricional, previamente cadastradas, esse programa é uma das ações do fome zero do governo federal de competência do MDS (MDA - Políticas Públicas, 2013).

2.1.1.4 Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE

Esse programa adquire produtos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, ou seja, sem a necessidade de realizar licitação, para a rede pública de ensino. Instituído pela lei nº 11.947/2009, prevê a compra de no mínimo 30% do total da agricultura familiar (MDA, 2013).

2.1.1.5 Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF

Programa destinado aos agricultores sem terra ou com área insuficiente as sua necessidade produtiva, o programa financia o imóvel rural com perfil que coaduna com as diretrizes estabelecidas do PNCF e, além da compra, financia também a infraestrutura produtiva e construção de moradia. Existem duas modalidades para aquisição de imóveis rural que são CPR e CAF, o combate à pobreza rural e a consolidação da agricultura familiar, respectivamente (MDA, 2013).

Para que os agricultores tenham acesso as principais políticas governamentais, é necessária a obtenção da DAP (declaração de aptidão ao pronaf), esse documento, que se insere no pacote das políticas públicas voltadas para o homem do campo. Tem a finalidade dar autenticidade a família do agricultor, observando as premissas básicas estabelecidas em tópicos anteriores que discorre sobre o conceito de agricultura familiar, ou seja, a DAP caracteriza a unidade de produção familiar que, para sua elaboração, é necessário um levantamento da renda familiar, documentação e tipo de exploração agropecuária e posteriormente o seu enquadramento que varia de acordo com a renda familiar (EMATER, 2016).

2.1.1.6 Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP

Para a emissão da DAP, que é de competência do MDA e na impossibilidade de sua atuação nos inúmeros municípios brasileiros optou-se pela descentralização das emissões. Baseada em portaria específica, sendo que a última portaria que trata do assunto estabelece em seu Art. 8º todo o processo, nas modalidades e competências.

Para a emissão de DAP aos agricultores assentados da reforma agrária, beneficiários do PNCF, que são enquadrados na modalidade A, segue as regras estabelecidas pela portaria vigente:

Art.8º - É criada a Rede de Órgãos e Entidades Emissoras de DAP - na forma estabelecida nesta Portaria. Parágrafo único. Os órgãos e entidades que compõem a rede de emissores atuarão seletivamente, na emissão de DAP, de acordo com suas atribuições e competências e os Grupos de Enquadramento ao Pronaf, de acordo com o que segue: I - A emissão de DAP para os (as) agricultores (as) familiares dos Grupos "A" e "A/C" é efetuada pelos seguintes Órgãos e Entidades: a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ou ainda, por Órgão ou Entidade a ela conveniada para tal finalidade. Art.8º - É criada a Rede de Órgãos e Entidades Emissoras de DAP - na forma estabelecida nesta Portaria. Parágrafo único. Os órgãos e entidades que compõem a rede de emissores atuarão seletivamente, na emissão de DAP, de acordo com suas atribuições e competências e os Grupos de Enquadramento ao Pronaf, de acordo com o que segue: I - A emissão de DAP para os (as) agricultores (as) familiares dos Grupos "A" e "A/C" é efetuada pelos seguintes Órgãos e Entidades: a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ou ainda, por Órgão ou Entidade a ela conveniada para tal finalidade. (MDA, Manual do Emissor de DAP, 2014, p. 9).

Para os demais agricultores com enquadramento no PRONAF "B", o texto descrito na portaria estabelece diversos órgãos, instituições e representações de classe, porém, citaremos as principais e mais atuantes no estado da Paraíba, a saber:

a) Instituições Estaduais Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural por meio de suas unidades operacionais - os escritórios locais; i) Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) por meio de suas unidades operacionais e por entidades por ela reconhecidas que somente poderão emitir DAP principais e acessórias para pescadores (as) artesanais e aqüicultores (as) e, ainda, as DAP Jurídicas, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por pescadores (as) artesanais e aqüicultores (as); c) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e suas Federações Estaduais por meio de suas unidades operacionais - os Sindicatos a elas formalmente filiados; d) Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) por meio de suas unidades operacionais - os Sindicatos e Associações a ela formalmente filiados. (MDA, Manual do Emissor de DAP, 2014, p. 10).

Para o caso específico e objeto que instigou a pesquisa, no município de São José da Lagoa Tapada-PB, tem como instituição responsável pelas emissões de DAP para agricultores familiares pronafianos é de competência da EMATER, escritório local.

Como podemos observar, o Governo Federal concentra a maior parte das políticas públicas, devido ser de competência da união as macro políticas de abrangência nacional para o setor agropecuário.

2.1.2 Programas e Ações do Governo da Paraíba

Com relação às políticas, programas e ações públicas em nível de Estado que atende aos agricultores familiares, conforme a SEDAP – Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca - destacamos as seguintes:

2.1.2.1 Programa Estadual de Distribuição de Sementes

Tem por finalidade a distribuição sementes para o público do programa garantia safra, cuja renda, não ultrapassa 1,5 salário mínimo. O público demandou, para o ano de 2011, cerca de 90 mil toneladas com cerca de 54 mil beneficiados para o período, as sementes distribuídas são das culturas de milho, feijão e algodão (SEDAP, 2011)

2.1.2.2 Programa Leite da Paraíba

Destinado às camadas mais vulneráveis da sociedade como as gestantes, nutrízes, crianças de até seis anos de idade e idosos, esse programa no seu auge atendeu ao público de 120 mil famílias em 123 municípios paraibanos. Para cada família era feita a doação de 1 litro de leite, e periodicamente eram feitos os recadastramentos para atualização de dados. Os benefícios trazidos pro esse programa é de sumária importância social, já que, de fato reduziu os índices de mortalidade infantil e garante a 3.600 agricultores comercializar o leite a preço justo aos laticínios autorizados, gerando assim, toda uma cadeia produtiva com geração de empregos e melhoria na saúde pública. Vale ressaltar que, atualmente esse programa encontra-se desativado, o motivo foi a constatação de indícios de irregularidades em algumas regiões do estado, com isso, houve intervenção do judiciário (SEDAP, 2011).

2.1.2.3 Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA

Órgão subsidiário da ONU, sediado em Roma, financia projetos de apoio a agricultura em diversos países do mundo. Na Paraíba, o FIDA tem apoiado projetos nas diversas regiões do estado beneficiando cerca de 380 mil habitantes em 55 cidades, o FIDA contribui com

50%, o estado 34% e as associações envolvidas 16%. Dentre as principais ações, que são destinadas as pessoas que vivem na linha da pobreza, a organização atua na criação de cooperativas, totalizando US\$ 48 milhões investidos (SEDAP, 2011).

2.1.2.4 Programa Palma Resistente a Cochonilha do Carmim

Devido à extinção de quase toda a palma paraibana, provocada pela praga chamada cochonilha do carmim (*Dactylopius coccus*), principalmente nos municípios limítrofes entre os estados da Paraíba e Pernambuco, este último, relatos apontam como causador da disseminação da praga. O programa visa à recuperação da cultura na região. A meta no lançamento do programa seria a distribuição de 200 mil raquetes beneficiando 20 mil pecuaristas de toda região. O produtor recebe as raquetes e firma uma espécie de compromisso com o estado comprometendo-se multiplicar as raquetes para os demais agricultores pecuaristas de sua localidade. A palma é um alimento importante na suplementação alimentar para os animais, bem adaptada à região, e de grande importância econômica e social (SEDAP, 2011).

2.1.3 Principais Ações Municipais

No âmbito municipal, fazemos referência às ações anuais de corte terra promovidas pela secretaria municipal de agricultura. A parceria estabelecida entre Emater e Município, custeando materiais de expediente, combustível e estrutura física da Unidade Operativa da EMATER, dentre outras ações no meio rural.

O PNAE é um programa instituído pelo Governo Federal através do MEC, custeado com recurso do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação) é executado pelos três entes federativos.

O Programa Garantia Safra, apesar de ser executado nos municípios, é instituído pelo Governo Federal com a participação dos três entes federativos, União, Estados e Municípios, perfazendo um fundo financeiro comum, entretanto, decidiu mencioná-lo como uma ação/programa municipal, pois o mesmo, é operacionalizado através das secretarias de

agricultura nos municípios, no próximo tópico discorreremos detalhadamente sobre o programa.

2.2 GARANTIA SAFRA

É um programa destinado aos agricultores familiares, que sejam enquadrados no “PRONAF B”, tiveram perdas nas culturas cobertas pelo seguro, em pelo menos 50% do conjunto de culturas do programa, que são: feijão, milho, arroz, mandioca, algodão e outras culturas a depender do comitê gestor do programa e respeitando as especificidades de cada região (EMATER, 2015). Destinados aos agricultores estabelecidos nas áreas de atuação da SUDENE, que sua maior parcela esta inserida no nordeste, norte de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e na área norte do Estado do Espírito Santo. Regiões onde predomina o tipo climático denominado semiárido, região caracterizado por baixos índices pluviométricos e baixa umidade (MDA, 2014).

Com a lei de N° 12.766, de 27 de dezembro de 2012, o Governo Federal instituiu a inclusão de outros municípios fora da área de atuação da SUDENE, desde que comprovadas a presença de agricultores familiares e que esses municípios sejam veneráveis as adversidades climáticas extremas, seca ou excesso hídrico (MDA).

O público-alvo do programa são agricultores que obtiveram nos últimos 12 meses renda não superior a 1,5 salários mínimo; Efetuar sua adesão nos locais de inscrição (polos) antes do plantio; Não possuir área de terra superior a 4 módulos fiscais (corresponde a 220 Hectares); Realizar o plantio das culturas estabelecidas entre 0,6 a 5,0 hectares. Os agricultores devem verificar se o seu município aderiu ao programa, para tal, é necessário a assinatura do termo de adesão pelo prefeito, isso quando, já definido a quantidade de cotas (vagas) para o município, faz-se a inscrição nos polos pela EMATER e a mesma envia todos os inscritos para o MDA/SAF através da plataforma específica, posteriormente o SAF devolve para o CMDRS realizar o processo de homologação (seleção dos participantes com perfil) e posteriormente sua adesão que se efetiva com o pagamento do boleto (MDA).

Para que se constate a perda das lavouras é necessário fazer as visitas de verificação de plantio e produção, segue um resumo dos processos operacionais do programa, a saber:

- O município faz a indicação do técnico que deverá possuir formação de técnico em agropecuária/agrícola ou formação superior nas áreas agrônômicas. O técnico poderá ser ou não do quadro de servidores municipal, em qualquer das hipóteses terá que ser do quadro efetivo (MDA/EMATER);
- De posse dos laudos amostrais liberados pela SAF, o técnico fará as visitas às áreas informadas pelos agricultores e fará um levantamento das informações da área plantada, com as seguintes informações: culturas plantadas; tamanho da área plantada; data do plantio e fazer, de acordo com os dados técnicos, um levantamento da produção caso ainda esteja no ciclo de desenvolvimento da planta, constatar perda por estiagem ou excesso hídrico ou outras situações de normalidade. Há ainda situações, em que, o técnico poderá não encontrar o agricultor, o mesmo não plantou, abandonou a lavoura, adoeceu, não choveu etc. (MDA/EMATER);
- Os laudos de campo deverão conter ainda fotografias da lavoura do agricultor, as coordenadas geográficas, e finalizadas os laudos amostrais, serão enviados ao MDA através do sítio pelo técnico vistoriador (MDA/EMATER);
- O comitê gestor do programa, em Brasília, conforme a portaria de N° 42 de 07 de Dezembro de 2012, de posse dos laudos amostrais, da pesquisa agrícola municipal PAM (IBGE), dos dados indicadores agroclimáticos do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA/IBGE e do Índice de suprimento de água para o crescimento vegetal – ISACV/CEMADEN, fará através de cálculos matemáticos e estatísticos a determinação de perda ou não;
- Constatada a perda de no mínimo 50 % da lavoura, a Secretaria da Agricultura, através de portaria específica, autorizará o pagamento aos agricultores. O valor pago será de R\$ 850,00 em cinco parcelas de R\$ 170,00 reais.

A tabela 1 a seguir faz um resumo dos aportes financeiros (fundo comum) para a safra 2015/16, e suas respectivas contribuições. Vejamos que, o programa cria um fundo comum, que somadas, o valor total corresponde a 60 %.

Tabela 1: Aportes ao fundo Garantia Safra 2015/16

Contribuição/Ano	2015/2016 (%)	Valor das Contribuições (R\$)
Agricultor	2	17,00
Município	6	51,00
Estado	12	102,00
União	40	340,00

Fonte: SAF/MDA, GS 2015/16 (elaborada pelo autor)

Conforme dados apresentados na tabela 1, o programa GS participam os três entes federativos, ou seja, União, Estados e Municípios cada qual com o seu percentual e o agricultor em que o programa é o foco de atendimento participa com o percentual mínimo. Periodicamente há alteração desses valores conforme decisões de governo através do comitê gestor.

2.2.1 Histórico

O Nordeste é a região com maior magnitude e gravidade da pobreza do Brasil, concentra na zona rural, grande parte desse problema, uma região que concentra um grande número de famílias, inseridas numa região de proporção gigantesca que é o semiárido nordestino e, que até os dias atuais, é a região de maior migração de pessoas para os grandes centros brasileiros principalmente as regiões Sul e Sudeste (IPEA, 2009).

Para (SANTOS & GOIS, 2011, p. 228 a 229) a região nordeste concentra o maior número de agricultores familiares com 88,3% do total, e que ocupam uma área 43,5% da região nordeste. Do total, a região ficou com apenas 26,8% do financiamento agrícola disponibilizado para a região. Ainda, comparando com outras cinco regiões brasileiras, o nordeste concentra o maior percentual dos estabelecimentos familiares do Brasil, com 49,7%.

Conforme (GUANZIROLI, SABBATO, & VIDAL, 2011), o universo familiar é extremamente complexo, em função da diversidade do ambiente físico, as diferentes estratégias de sobrevivência, região, interesses próprios, culturas etc. Torna-se difícil

identificar padrões, ou seja, grupos com características comuns para que pudesse identificar os tipos de agricultores, ainda que exista uma multiplicidade de métodos, critérios para construção e identificação da tipologia de agricultores, e nenhuma delas as caracterizaram satisfatoriamente. Devido, as características distintas, que refletem diretamente no comportamento e a racionalidade dos mesmos, ao passo que respondem, com pesos diferentes, ao conjunto de variáveis e interação ao qual estão inseridos. Essa dificuldade de classificação é refletida diretamente nas ações governamentais que geralmente são introduzidas a partir de convicções próprias ou ações mal elaboradas, sendo assim, dificilmente responde satisfatoriamente aos objetivos estabelecidos justamente pela diversidade do ambiente ao qual estão inseridos.

A forma tradicional de tratamento às secas perdurou até o final do século XX, especificamente entre os anos de 1998 e 1999, uma vez que o Brasil passava por mudanças importantes principalmente no cenário econômico com a estabilização da moeda. Nesse período (1998/1999) ainda persistia os saques de gêneros alimentícios, arrombamento de estabelecimentos comerciais promovidos pelas frentes emergências. E as medidas tomadas pelo governo geralmente eram após o acontecimento da estiagem, em razão de pressões políticas em muitos casos em tomadas as providências com a distribuição de alimentos e carros pipa eram as principais (IPEA, 2009).

Essa seca citada no item anterior apresentou um contexto único, pois nesse período as frentes emergenciais atuavam com apoio dos sindicatos rurais, movimento dos trabalhadores rurais dentre outros. Nesse contexto, o fator político foi preponderante para ações enérgicas do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o ano de 1998 foi o período de reeleição de FHC e sua popularidade estava sendo abalada devido à falta de ações de governo para o problema. Diante do fato, seca de 1998/1999 tornou-se o marco histórico no que diz respeito ao tratamento da questão pelo poder público e, atrelada a isso, a figura do político (IPEA, 2009).

As ações do governo federal vieram a se concretizar em abril de 2001, com a criação da Comissão Setorial de Convívio com o Semiárido e Inclusão do Nordeste e norte do estado de Minas Gerais (CSSA). Com o propósito de promover ações de convivência com a região semiárida com a função principal de promover políticas estruturantes para enfrentamento das secas (IPEA, 2009).

Foram criados os programas transitórios de fornecimento de renda mínima à população atingida por esses fenômenos climáticos, a destacar o programa Bolsa Renda, Vale Comida e renegociação das dívidas relativas aos contratos do PRONAF. Posteriormente, as ações de caráter permanentes que tinha o objetivo de permitir a convivência dessas famílias no semiárido Nordeste, compunham essas ações a ampliação de créditos no âmbito do PRONAF e programas de transferência de renda – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, entre outros, como também ampliação de obras de infraestrutura hídricas (IPEA, 2009).

Os programas acabaram não avançando no âmbito da CSSA, e vários dos programas foram integrados a outros ministérios até os dias atuais. A novidade à época seria a construção de programas de capacitação para convivência no semiárido e com um programa de seguro que garantisse a sustentabilidade das famílias no período de seca. A proposta de criação de seguro vinculado a produção agrícola avançou e foi instituída com a medida provisória na época com a denominação Seguro Safra e posteriormente denominado Garantia Safra (IPEA, 2009).

2.2.2 Legislação que Fundamenta o Garantia Safra

O GS foi instituído pela Medida Provisória nº 11/2001, convertida na lei nº 10.420/2002. A lei nº 10.700/2003 alterou o nome do programa de Seguro Safra para Garantia Safra.

2.2.3 Garantia Safra no Nordeste

Os beneficiários do GS correspondem à parcela da população inserida nos piores índices sócio econômicos dos agricultores familiares. Composta por camponeses minifundistas e de baixa renda, basicamente formada pelo público do B do Pronaf, ao passo que, para acesso ao programa GS é necessário possuir DAP e como dito anteriormente, e o enquadramento no grupo B corresponde à base piramidal do Pronaf (IPEA/EMATER).

O programa Garantia safra tem uma participação importante na região Nordeste, especificamente no semiárido. Conforme um levantamento realizado pela coordenação do

GS, com base nos estudos realizados pelo projeto FAO/Inra – parceria entre a Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inra), para estimar o tamanho do público-alvo do GS com a utilização de dados do censo agropecuário de 1996 para o Nordeste, com o número de municípios do semiárido, número de famílias enquadradas nos grupos B e C do Pronaf (considerando suas rendas) que é o público do GS, levando em consideração a defasagem temporal de seis anos, optaram pela inclusão na estatística o números de assentados da reforma agrária em cada município (enquadrados no grupo A) obtiveram o dado conclusivo de o público do GS á época era de 1,5 milhão de famílias (IPEA, 2009).

O dado apresentado na tabela 2 mostra os números do programa em toda região semiárida do Brasil, sendo que, nos estados do Ceará e Bahia concentra o maior número de cotas do programa e possivelmente atenderá uma parcela importante dos agricultores nessas localidades, enquanto que, em Sergipe e Alagoas o GS ainda tem pouca expressividade.

Tabela 2: Numero total de cotas para a safra 2015/16

UF de Inscrição	Cotas
AL	35.000
BA	345.000
CE	350.000
MA	30.000
MG	70.000
PB	120.000
PE	160.000
PI	150.000
RN	65.000
SE	25.000
Total	1.350.000

Fonte: SAF/MDA, GS 2015/16

Conforme dados da (Tabela 2) a quantidade atualizada do GS no Nordeste, o público atual é de 1,350 milhões de agricultores familiares, distribuídas nos Estados do Nordeste e norte de Minas Gerais.

2.2.4 Garantia Safra na Paraíba

O programa Garantia em nível estadual aumentou, nos últimos anos, o número de cotas do programa no Estado da Paraíba, com isso, houve a inclusão de 30 mil cotas no período do quadriênio 2010 a 2014, incluído na verdade 30 mil famílias distribuídas nos diversos Municípios do Estado pelo comitê gestor. Atualmente o número total de cotas é de 120 mil (Tabela 02) (EMATER, 2014).

Para a safra 2015/16 serão atendidos 170 municípios paraibanos. Que equivale a todos os municípios da Paraíba inseridos na zona do semiárido. Caso confirme o estado de calamidade ocasionado pela estiagem, que é o cenário atual, os municípios serão inseridos na folha de pagamento para o recebimento das parcelas. Vale ressaltar que, a determinação é feita pelo comitê gestor do programa em Brasília conforme relatado na descrição GS feita no campo específico nos capítulos anteriores, dessa forma, cada município é analisado individualmente de acordo com os dados de verificação de perdas (SAF).

2.2.5 Garantia Safra em São José da Lagoa Tapada – PB

O programa Garantia Safra possui 985 cotas disponíveis para os agricultores familiares – número estabelecido pelo comitê gestor do programa á nível de Estado - especificamente para o público do PRONAF do grupo “B”, de enquadramento de até 20 mil/ano que desenvolvam atividades agropecuárias e não agropecuárias dos últimos 12 meses no estabelecimento rural. O GS tem contribuído para minimizar os problemas enfrentados pelas famílias de agricultores que tem na agricultura seu principal meio de sobrevivência (EMATER/SMA).

O fenômeno da seca, ocasionada nos últimos anos, tem proporcionado extremas consequências no meio rural, ocasionando a redução drástica dos recursos hídricos, das perdas da produção agrícola e conseqüentemente da produção animal. O município tem como base de sua economia o setor primário, este é sem dúvidas, a fonte principal geradora de trabalho para muitos agricultores do Município.

De acordo com o (IBGE, 2014) existe no município 1.628 matrizes bovinas ordenhadas diariamente atingindo cerca de 10.000 litros/leite/dia, com as perdas agrícolas, especialmente

do milho tem prejudicado toda cadeia produtiva da relação grãos/bovinos/leite no município, aumentando significativamente os custos de produção com a compra de grãos de outras regiões que antes eram adquiridos de outros agricultores familiares do próprio município, quando excedia as necessidades da família e o consumo animal.

O GS tem minimizado os efeitos nocivos da seca por meio do pagamento do benefício aos agricultores aderidos ao programa, por meio do GS e de outros benefícios sociais possibilitou, ainda que, não da forma ideal, aos agricultores a sua permanência em suas comunidades de origem. O programa injetou na economia local, na safra 2014/2015 cerca de 840 mil reais, nos cinco meses, sendo mensalmente quase 170 mil. E que de forma indireta, contribui pra a permanência dos postos de trabalho nos mercadinhos, postos de combustíveis, farmácia e outros estabelecimentos comerciais.

2.3 A EMATER – PB

Empresa pública vinculada a SEDAP, dotada de personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, reger-se-á pela Lei N° 3.824 de 12 de Dezembro de 1975, pelo estatuto e normas de direito aplicáveis (EMATER, 2005).

Integrante do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural – SIBRATER, criada pelo decreto estadual N° 6.755, de 18 de dezembro de 1975, assinada pelo governador Ivan Bichara Sobreira. Dentre suas atribuições competem juntamente com a SEDAP e MDA a formulação e implementação de políticas de assistência técnica e extensão rural no Estado; Planejar, coordenar e executar programas ATER visando à difusão de conhecimento técnico, econômico e social, contribuindo para melhoria da produção agrícola e melhoria da condição de vida no meio rural do Estado de acordo com as políticas e ações do Governo Federal, Estadual e Municipal.

2.3.1 Da Estrutura Organizacional da Emater

A empresa compõe-se basicamente da seguinte estrutura oraganizacional (EMATER, 2005):

- I. Órgão da Administração Superior
 - conselho Técnico Administrativo
 - conselho Fiscal
- II. Diretoria Colegiada
- III. Órgão de Assessoramento
 - assessoria jurídica
 - gabinete da presidência
 - assessoria de comunicação social
 - comissão permanente de licitação
 - gerência do agronegócio
- IV. Órgãos de planejamento, execução e administração
 - unidade de coordenação estadual
 - núcleo de desenvolvimento rural
 - núcleo de crédito e administração rural
 - núcleo de metodologia e extensão social
 - núcleo de planejamento, aticulação, convênios e contratos
 - núcleo de recursos humanos
 - núcleo de manutenção, informação e avaliação
 - núcleo de material, patrimônio e serviços
 - seção de transportes
 - seção de produção gráfica
 - núcleo financeiro
 - seção de contabilidade
 - seção de tesouraria
- V. Orgãos de apoio administrativo
 - setor de apoio e digitação

VI. Órgãos regionais de supervisão e execução

- coordenadorias regionais

VII. Órgãos municipais de execução

- unidades operativas

No ano de 2015 houve mudanças no setor estratégico organizacional, na qual, criou-se a GU (gestão unificada) aglutinando-se 03 (três) empresas públicas, são elas: Emater; Emepa e Interpa. As quais subordinadas a 01 (um) único diretor presidente. A estrutura possui, como vimos anteriormente, uma estrutura verticalizada e bastante burocratizada, e a progressão funcional não existe critérios estabelecidos.

A Emater conta com um quadro funcional de 861 colaboradores, dos quais, com maior número a função de extensionista rural I (técnico agrícola, em agropecuária e zootecnia etc.) com 256 e extensionista rural II (eng.º agrônomo, zootecnista, tecnólogo em cooperativismo, médico veterinários e similares). Os quais distribuídos nos diversos setores e regiões do estado, do total, ou seja, 226 dos colaboradores, que corresponde a 26%, estão na sede da empresa na Cidade de Cabedelo-Pb região metropolitana de João Pessoa-PB.

Cabe a Emater, na operacionalização do GS, realizar as inscrições dos agricultores nas comunidades rurais previamente estabelecidas pelos CMDRS em seguida faz-se-á a transmissão através do portal específico para MDA/SAF. Nos municípios em que não há, no quadro efetivo, profissionais da área agrônômica para a realização dos laudos de vistoria, esse trabalho é realizado pelos extensionistas rurais da Emater.

2.3.2 A Emater em São José da Lagoa Tapada

A empresa EMATER-PB está presente nos 223 municípios da Paraíba, nesses municípios, atua com os escritórios que recebeu a denominação de “Unidades Operativas” (U.O), a U.O executa suas atividades, na maioria dos municípios, por meio de convênio com os municípios. A U.O. de São José da Lagoa Tapada-PB possui em quadro funcional 02 Extensionistas Rural: (01) Agrônomo José Roberto Sá, pertencente à outra edilidade pública estadual e acumula a função de chefia da unidade, e (01) Técnico em Agropecuária, José Alberto do Nascimento, efetivo da empresa. A unidade operativa funciona na secretaria de agricultura do município.

Como premissa básica, a empresa atua na comunidade transferindo com os parceiros na difusão das principais políticas públicas de estado no meio rural. Promovendo a inserção do público por meio de transferência de tecnologias de produção, assistência técnica e operacionalização das diversas ações governamentais no meio rural. Ações que, proporcionem, desde o aumento da produção das lavouras e da criação de animais (bovinos, caprinos, ovinos etc.), projetos de investimentos para aquisição de insumos produtivos; aquisição de animais e melhorias nas estruturas de produção familiar, dentre outros. No trabalho de extensão rural é imprescindível a existência de parcerias, em especial, com as agências bancárias, sindicatos dos trabalhadores rurais os CMDRS (conselho municipal do desenvolvimento rural sustentável), prefeitura municipal. Objetivando melhorias aos agricultores e suas famílias, proporcionando as condições mínimas de sobrevivência nessa região, onde as adversidades climáticas interferem diretamente na sobrevivência dos agricultores e principalmente a produção (EMATER-PB, U.O, 2016).

3 METODOLOGIA

Este tópico trata da classificação da pesquisa (tipologias da pesquisa) e da descrição dos passos para a realização da pesquisa (procedimentos metodológicos).

3.1 TIPOLOGIAS DE PESQUISA

Considerando as tipologias de pesquisa propostas por RAUPP & BEUREN (2009), esta pesquisa é assim classificada: descritiva, documental e quantitativa.

BIANCHI, *et al*, p.10, (2009), “[...] as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis [...]”

O fato de a presente pesquisa ter a finalidade de descrever características dos agricultores, dos Polos de inscrição do município de São José da Lagoa Tapada – PB, cadastrados no Garantia Safra, permite classificá-la como descritiva.

A pesquisa documental, segundo MARTINS, (2009, p. 16 *apud* RAUPP; BEUREN, 2008, p. 81) “visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor [...]”.

Admitindo que os Formulários de Inscrição do Garantia Safra, já com os dados coletados, fornecidos pela Unidade Operativa (EMATER – PB) do município de São José da Lagoa Tapada – PB são documentos, pode-se classificar a presente pesquisa como documental.

Para DIEHL *et al* (2013, p. 122 *apud* Richardson 1999, p. 70) “[...] abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas [...]”. Dentre estas técnicas estatísticas estão incluídas a determinação do percentual e da média.

Nesta pesquisa, foram realizados cálculos de contagem, soma, percentagem e média. Por exemplo: determinação do percentual de pais responsável pelo sustento da família e; cálculo da área total média utilizada para o cultivo, o que permite a classificação da pesquisa como quantitativa.

3.2 ÁREA DE ESTUDO

O Município de São José da Lagoa Tapada-PB está inserido no semiárido nordestino, localizado no sertão da Paraíba a 460 km da capital João Pessoa-PB, na região do alto sertão paraibano no denominado território do vale do Piranhas.

O Município tem uma população estimada para 2015 de 7.677 pessoas, das quais 3.680 do sexo masculino e 3.884 mulheres, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é 0,530 (IBGE , 2016).

Tem sua economia baseada no setor primário em especial a criação de animais bovinos, caprinos e as culturas de subsistência (feijão e milho). O plantio de cana-de-açúcar representou, à época, uma grande fonte de renda e de geração de trabalho no município, cerca de 15 engenhos em pleno funcionamento era o propulsor econômico da região, porém devido, a resistência dos proprietários ocasionados pelas mudanças no ambiente, questões de mercado, concorrência de raspadura de outras regiões, tornou-se inviável a sua manutenção (EMATER, 2016).

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi realizada com dados secundários, tendo como fonte os Formulários de Inscrição do Garantia Safra, obtidos na EMATER – PB, Unidade Operativa do município de São José da Lagoa Tapada – PB.

A coleta de dados foi realizada, de agosto a outubro de 2015, obtidas nos arquivos da Emater - Unidade Operativa do município de São José da Lagoa Tapada – PB. Para a coleta dos dados foi utilizado o Formulário de Inscrição do Garantia Safra e DAP do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Governo Federal do Brasil.

Após ter acesso aos Formulários preenchidos, foi feita, em abril e maio de 2016, a digitação dos dados em planilha do *software Excel*, com posterior elaboração de tabelas, nas quais foram realizadas contagens e somas de observações e cálculos de porcentagens.

Foram digitados todos os 1.044 Formulários fornecidos pela Unidade Operativa do município de São José da Lagoa Tapada – PB. Pode-se, então, afirmar que foi feito um censo das informações relacionadas ao Garantia Safra, cadastradas em 2015 pela referida Unidade Operativa.

O referido Formulário (ver Apêndice) é composto de quatro partes: **I.** Identificação do(a) Agricultor(a) Familiar; **II.** Informações para o Garantia Safra; **III.** Declaração do(s) Beneficiário(s); **IV.** Atestado da(s) entidade(s) credenciada(s) pelo MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário].

A Parte I (Identificação do (a) Agricultor (a) Familiar) contém campos relacionados ao (s) titular (es): Nome e CPF. Neste caso, pode haver o preenchimento dos dados de um ou dois titulares.

Com relação à Identificação do (a) Agricultor (a) Familiar, foram consideradas as variáveis quantidades e gênero dos titulares.

Já a Parte II (Informações para o Garantia Safra) contém campos relacionados: ao responsável pelo sustento da família; ao número de familiares portadores de deficiência; à participação do programa Biodiesel do Governo Federal; à área total do cultivo, em hectares; à área total do consórcio Feijão e Mamona, em hectares; ao que é cultivado no estabelecimento; e à existência ou não da irrigação do cultivo.

Com relação às Informações para o Garantia Safra, todas as variáveis foram consideradas, com exceção da participação no programa Biodiesel do Governo Federal e da área total do consórcio Feijão e Mamona.

A Parte III (Declaração do(s) Beneficiário(s)), por sua vez, contém campos relacionados à verdade do que foi informado nas Partes I e II. Por fim, a Parte IV (Atestado da(s) entidade(s) credenciada(s) pelo MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário]) contém campos relacionados à verdade de que os titulares atendem alguns critérios. Os dados referentes às Partes III e IV não foram considerados nesta pesquisa.

Um total de 13 Polos foi identificado na pesquisa, conforme apresentado a seguir, em ordem decrescente de quantidade de agricultores (Tabela 3).

Tabela 3 – Polos (em ordem decrescente de agricultores)

Polo	Qtde Agricultores	%
Mandioca	143	13,70%
Mocó	108	10,34%
Logradouro	106	10,15%
Tabuleiro do Meio	92	8,81%
Cacaré	90	8,62%
Caatinga	85	8,14%
Formigueiro	75	7,18%
Sarapó	72	6,90%
Mirante	67	6,42%
Cais	66	6,32%
Curral Velho	56	5,36%
Barro Branco	46	4,41%
Extrema	38	3,64%
Total	1.044	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Conforme dados apresentados na Tabela 3, os polos – denominação da localidade rural de inscrição – apresenta informação do total de inscrições do GS. Cada localidade tem uma abrangência geográfica, incluindo toda adjacência a comunidade. Como podemos observar o polo Mandioca foi registrado o maior número de participantes, enquanto que, a localidade Extrema apresentou o menor número de formulários de inscrição do para o período em análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico são apresentados e comentados os resultados obtidos da pesquisa realizada pela EMATER-PB, tendo como fonte de dados os formulários de inscrição do Garantia Safra utilizados para cadastramento dos agricultores do município de São José da Lagoa Tapada – PB, em 2015.

São descritos os resultados consolidados dos 13 polos pertencentes ao município, bem como os resultados de cada polo de forma individual.

Os dados relativos às variáveis: quantidade de titulares; gênero do (s) titular (ES); responsável (eis) pelo sustento familiar; existência de pessoas portadoras de deficiência; área cultivada; cultivo e irrigação são aqui descritos.

4.1 DESCRIÇÃO DE TODOS OS POLOS

A seguir são detalhados os resultados consolidados de todos os 13 polos (Mandioca, Mocó, Logradouro, Tabuleiro do Meio, Cacaré, Caatinga, Formigueiro, Sarapó, Mirante, Cais, Curral Velho, Barro Branco e Extrema).

4.1.1 Titulares

Com relação à quantidade de titulares indicados no cadastro realizado pela EMATER-PB, percebe-se uma proporção maior de dois titulares (70,98%) (Tabela 4).

Tabela 4 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (todos os 13 Polos)

Qtde titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	187	17,91%	Mãe	155	14,85%
				Pai	16	1,53%
				Filhos	3	0,29%
				Mãe e Filhos	1	0,10%
				Não Informado	12	1,15%
2	Masculino	116	11,11%	Mãe	3	0,29%
				Pai	110	10,54%
				Filhos	1	0,10%
				Não Informado	2	0,19%
2	Feminino e Masculino	741	70,98%	Mãe	8	0,77%
				Pai	715	68,49%
				Não Informado	18	1,72%
Total		1.044	100%	Total	1.044	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

No caso de um único titular, o responsável pelo sustento da família está relacionado ao gênero do titular: quando o titular é do gênero feminino, a responsável pelo sustento é a mãe (155 dentre 187); já quando o titular é do gênero masculino, o responsável pelo sustento é o pai (110 dentre 116). Quando há dois titulares, o responsável pelo sustento é o pai (715 dentre 741) (Tabela 4).

Observa-se na tabela que do total das inscrições, 187 delas que representa 17,91%, apresentou como titular a pessoa do sexo feminino. Das quais, ou seja, 155 delas é responsável direto pelo sustento da família e está a frente das atividades rurais juntamente com seus dependentes, caso haja. Das quais, como característica familiar, são mulheres que no ato da inscrição apresentaram-se como separada (s), divorciada (s), viúva (s) e solteira (s) com filho (s) ou outras situações não apresentadas (Tabela 4).

Já para as inscrições realizadas com apenas 01 titular do sexo masculino, constatou-se 116 que corresponde a 11,11%, ou seja, são inscrições que correspondem a pessoas que apresentam situações conjugais distintas, as mais comuns, apresentou-se na condição de separado(s), divorciado (s), viúvo (s) ou solteiro (s) por opção ou outras situações.

As inscrições com 02 titulares ocorreram em 741 inscrições, ou seja, em 70,98% do total. Correspondem às famílias em que o homem e a mulher são titulares, ou estão a frente das atividades rurais. Há um fator a destacar, das quais, em 08 inscrições a titular feminina,

que representa 0,77%, é responsável pelo sustento da família que provavelmente o marido ou titular masculino, em muitos casos, está inválido e recebe benefício previdenciário, são os chamados “encostados”. Os casos em que, na mesma tabela, constatou-se 18 inscrições apresentaram como não informadas, provavelmente houve negligência no ato da inscrição e não foi colhida a informação.

O responsável pelo sustento familiar é o titular, e que o mesmo, é o responsável direto pelo gerenciamento das atividades rurais da família, é o titular que executa diretamente as atividades rurais, determina as funções operacionais como o tamanho da área de plantio, culturas do plantio, criações com os demais membros da família, esposa e filhos.

A empresa EMATER realiza as inscrições do GS nos polos previamente estabelecidos, e divulgados nos meios de comunicação existentes, exhibe o cronograma em locais públicos, na prefeitura, STR, na secretaria municipal de agricultura etc. E quando, a equipe chega aos locais de inscrição, antes do processo de inscrição propriamente dito, é feita uma breve apresentação da equipe, documentação necessária, prioridades do programa, culturas e principalmente as mudanças que constantemente ocorre. Diante do fato, percebe-se a omissão de informações de parte do público do programa, ou seja, houve ocorrências em algumas pessoas (inscritos) omitiram informações a respeito de certos benefícios que os mesmos recebem. Não declararam no ato da inscrição, possivelmente, pelo receio de não receberem os recursos do programa caso haja constatação de perdas. O fato refere-se especificamente ao campo “Número de familiares portadores de deficiência” do formulário de inscrição, que solicita o número de pessoas na unidade familiar que possui alguma deficiência, em alguns casos são omitidos pelo motivo de que, os tais, recebem amparo governamental e com isso dificultaria o recebimento do seguro pelo acréscimo dessa renda através do benefício concedido.

4.1.2 Cultivo

Com relação à área cultivada, percebe-se um maior percentual da área 0,60 hectare (62,74%), seguida por 1,00 hectares (17,53%). Em valores médios, a área cultivada é de 0,74 hectares (Tabela 5).

Ainda conforme os dados da (tabela 5), a soma total em hectares das áreas informadas durante as inscrições nos polos são 698,40 hectares, constatou-se a ausência das informações da área plantada em 98 (9,39%) inscrições. A unidade de medida de área, bastante utilizada no município da pesquisa, é a “tarefa”, uma tarefa corresponde 3.025 m² e 1,0 (um) hectares correspondem a uma área de 10.000 m².

Em 98 formulários não há informação sobre a área cultivada, representa 9,39% (tabela 05), no momento do envio desses formulários através da plataforma de inscrição foram colocados pela equipe EMATER uma área de 0,60 hectares, com isso, à área total de plantio entre as 03 culturas (feijão/milho/arroz) no município foi de 757, 20 hectares. No processo de inscrição, na maioria dos polos, um contingente insuficiente para realizar a inscrições, e ainda, há também um revezamento dos mesmos. Essas pessoas (voluntários) recebem algumas orientações para realizarem o preenchimento dos formulários e não foram preenchidos os dados em sua plenitude devido a não familiaridade desses voluntários no processo de inscrição. A equipe técnica da EMATER aproveita o máximo de inscrições possíveis, e nos caso mencionado, em que faltaram os dados referentes à área de plantio, foi colocado nos 98 formulários uma área de 0,60 hectares, que é o tamanho mínimo para o programa e evitou-se à anulação dessas inscrições.

No ato das inscrições os agricultores em sua maioria, utilizam os termos, se referindo às medidas de área rural, a expressão “tarefa”. Como podemos observar no formulário de inscrição, é solicitada a área do plantio em hectares (ha). Nas inscrições, no município da pesquisa, esses valores são assim preenchidos: 2,0 tarefas (ta) são colocadas no formulário 0,60 há; e 3,0 ta é colocado 0,90 ou 1,00 há no formulário, como forma de facilitar o preenchimento, e evitar números com casas decimais. Podemos deduzir que, nas inscrições às áreas informadas pelos agricultores foram 2,0 ta (62,74%), e 3,0 ta (17,53%) com maior frequência? Os dados sobre área do plantio, culturas plantadas, são anualmente informadas a institutos de pesquisas e órgãos públicos, fazemos referência ao IBGE e CONAB.

E qual a importância desse fato? Poderá sofrer alguma interferência no tamanho real de plantio no município? O fato poderá está relacionado com a prevalência das áreas de 0,60 há já que é o tamanho mínimo para o programa, ou seja, o GS apresenta como um dos requisitos, para adesão do agricultor, o plantio de uma área entre 0,60 há a 5,0 há, fora dessa margem estará fora do programa (Tabela 5).

Tabela 5 – Área cultivada e cultivo (todos os 13 Polos)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	655	62,74%	Feijão e Milho
0,70	19	1,82%	
0,75	2	0,19%	
0,80	1	0,10%	
0,90	28	2,68%	
1,00	183	17,53%	
1,10	1	0,10%	
1,20	41	3,93%	
1,50	6	0,57%	
1,80	1	0,10%	
2,00	6	0,57%	
2,50	1	0,10%	
3,00	2	0,19%	
Não informado	98	9,39%	
Total	1.044	100%	
Média (ha)	0,74		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Já com relação ao cultivo, 1.032 dos inscritos afirmam cultivar feijão e milho, representando 98,85% e, dois afirmam cultivar feijão, milho e arroz, representando 0,19%. Destes, um indicou cultivar em área de 0,60 há e outro não informou a área cultivada. O cultivo não foi informado em dez dos formulários (0,96%).

A prática, do cultivo de feijão consorciado com o milho, realizados anualmente pelos agricultores é secular e propicia o sustento familiar e a criação dos animais. Além disso, faz parte da tradição e cultura do povo dessa região. As culturas amparadas pelo programa GS foram determinadas também em função dessa tradição e utilidade. A prática de cultivo, em sua maioria, utiliza de métodos totalmente degradantes ao meio ambiente, as queimadas ainda é o principal meio de preparo dos solos, o uso de produtos químicos sem qualquer uso de equipamentos proteção individual é utilizado em demasia.

4.2 DESCRIÇÃO DE CADA POLO

Neste tópico são apresentadas as características gerais de cada polo e, detalhadas as características de cada um dos 13 Polos pertencentes ao município de São José da Lagoa Tapada – PB.

Os Polos são: Mandioca, Mocó, Logradouro, Tabuleiro do Meio, Cacaré, Caatinga, Formigueiro, Sarapó, Mirante, Cais, Curral Velho, Barro Branco e Extrema.

Com relação aos titulares, em todos os 13 Polos a quantidade de dois titulares é a mais frequente, variando entre 54,35% (Tabuleiro do Meio) e 83,02% (Logradouro) (Tabela 06). Este resultado foi obtido dividindo-se a quantidade de dois titulares pela quantidade total de agricultores.

Quando só há um titular, percebe-se a relação entre gênero do titular e o gênero do responsável pelo sustento da família. No caso do titular ser do gênero feminino, o responsável pelo sustento mãe: resultado variando entre 69,75% (Tabuleiro do Meio) e 90,91% (Logradouro e Mirante) (Tabela 6).

E, quando o titular é do gênero masculino, o responsável pelo sustento é o pai: resultado variando entre 83,33% (Cacaré) e 100% (Mocó, Caatinga, Formigueiro, Sarapó, Mirante, Curral Velho, Barro Branco e Extrema) (Tabela 6). Estes resultados foram obtidos dividindo-se o “parentesco” do responsável pelo sustento pela quantidade de titulares (em cada gênero).

Tabela 6 – Caracterização de cada Polo e de todos os Polos (Titulares)

Polo	Qtde Titulares	1 Titular		2 Titulares	Qtde Portador Deficiência
		Feminino Mãe	Masculino Pai	Pai	
Mandioca	2 (65,73%)	86,11%	92,31%	93,62%	1
Mocó	2 (73,15%)	80,00%	100,00%	100,00%	1
Logradouro	2 (83,02%)	90,91%	85,71%	93,18%	2
Tabuleiro do Meio	2 (54,35%)	69,57%	85,71%	94,00%	2
Cacaré	2 (68,89%)	81,82%	83,33%	95,16%	1
Caatinga	2 (70,59%)	88,24%	100,00%	100,00%	1
Formigueiro	2 (77,33%)	87,50%	100,00%	100,00%	0
Sarapó	2 (66,67%)	81,82%	100,00%	93,75%	0
Mirante	2 (70,15%)	90,91%	100,00%	95,74%	0
Cais	2 (77,27%)	83,33%	88,89%	98,04%	1
Curral Velho	2 (80,36%)	75,00%	100,00%	97,78%	1
Barro Branco	2 (76,09%)	80,00%	100,00%	100,00%	1
Extrema	2 (63,16%)	88,89%	100,00%	95,83%	0
Todos	2 (70,98%)	82,89%	94,83%	96,49%	11

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

No caso (Tabela 6). De forma semelhante à existência de um único titular, este resultado foi obtido dividindo-se o “parentesco” do responsável pelo sustento pela quantidade de dois titulares.

Com relação à quantidade de familiares portadores de deficiência, observou-se um total de 11, dentre 1.044 formulários obtidos. Em alguns Polos não há registro de portadores de deficiência (Formigueiro, Sarapó, Mirante e Extrema) (Tabela 6). No Polo Logradouro, duas famílias indicam a existência de portador de deficiência, com um em cada família. O mesmo ocorre em Tabuleiro do Meio.

Além de características de todos os Polos relacionadas aos titulares, a caracterização dos Polos em relação ao cultivo resulta em uma área cultivada de 0,60 há (mais frequente nas respostas dos agricultores) variando entre 37,50% (Polo Sarapó) e 80,56% (Polo Mocó). No caso do Polo Logradouro, em 46,23% dos formulários não há informação sobre a área cultivada (Tabela 7).

Em termos de valor médio, a área média cultivada varia entre 0,64 há (Polo Extrema) e 0,91 hectares (Polo Formigueiro). A média de todos os Polos é de 0,74 hectares (Tabela 7).

Nos formulários de inscrição com dois titulares, o responsável pelo sustento da família é o pai, com resultados variando entre 93,18% (Logradouro) e 100% (Mocó, Caatinga, Formigueiro e Barro Branco).

Tabela 7 – Caracterização de cada Polo e de todos os Polos (Cultivo)

Polo	Área Cultivada	Área Média	Cultivo Feijão e Milho	Irrigação
Mandioca	0,60 (76,92%)	0,68	98,60%	
Mocó	0,60 (80,56%)	0,67	98,15%	
Logradouro	Não informado (46,23%) e 0,60 (38,68%)	0,70	95,28%	
Tabuleiro do Meio	0,60 (69,57%)	0,76	98,91%	
Cacaré	0,60 (75,56%)	0,71	100,00%	
Caatinga	0,60 (60,00%)	0,75	100,00%	
Formigueiro	0,60 (45,33%)	0,91	100,00%	
Sarapó	0,60 (37,50%)	0,89	100,00%	
Mirante	0,60 (68,66%)	0,71	100,00%	
Cais	0,60 (51,52%)	0,75	100,00%	
Curral Velho	0,60 (66,07%)	0,71	96,43%	
Barro Branco	0,60 (67,39%)	0,71	100,00%	
Extrema	0,60 (65,79%)	0,64	100,00%	
Todos	0,60 (62,74%)	0,74	98,85%	

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Com relação ao cultivo, quase a totalidade dos agricultores afirma cultivar feijão e milho, com percentuais variando entre 95,28% (Polo Logradouro) e 100,00% (Polos Cacaré, Caatinga, Formigueiro, Sarapó, Mirante, Cais, Barro Branco e Extrema) (Tabela 7).

Considerando-se todos os 13 polos, 98,85% dos agricultores afirmam cultivar feijão e milho (Tabela 7). Dentre todos os 1.044 formulários obtidos, 1032 afirmam cultivar feijão e milho e dois afirmam cultivar feijão milho e arroz (um em Mocó e outro em Curral Velho). Não há informação sobre o cultivo em 10 formulários: Mandioca (2); Mocó (1); Logradouro (5); Tabuleiro do meio (1); e Curral Velho (1).

O item irrigação que está inserido no formulário de inscrição do GS é, seu objetivo, para identificar no ato da inscrição o (s) agricultor (es) que utiliza (m), em seu processo produtivo, a irrigação como meio de produção para as culturas informadas no formulário durante sua inscrição. A pergunta é “Faz irrigação da Cultura” (formulário de inscrição) caso o agricultor confirme estará eliminado, já que o GS é para as culturas chamadas de sequeiro, que depende exclusivamente de água das chuvas.

Caso o agricultor confirme a prática da irrigação possivelmente estará eliminado do programa, porém, há uma exceção a essa regra, em que o mesmo poderá fazer uso de irrigação numa área de até 1,0 há, sendo que, para o programa GS, essa área irrigada do agricultor não seja a mesma área declarada no ato da inscrição para amparo do programa caso ocorra algum sinistro podendo ser a estiagem (seca) ou excesso hídrico.

4.2.1 Polo Mandioca

Polo com maior número de inscrito, o Polo Mandioca possui 143 famílias cadastradas no Garantia Safra, representando 13,70% das famílias cadastradas pela EMATER-PB (em 2015) no município de São José da Lagoa Tapada – PB.

A maior proporção de inscritos cadastrados é composta por dois titulares (65,73%), sendo o Pai o responsável pelo sustento. Quando só há um titular, percebe-se relação entre o gênero do titular e o gênero do responsável pelo sustento. Em sete formulários não foi informado o responsável pelo sustento da família (Tabela 8).

Tabela 8 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Mandioca)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	36	25,17%	Mãe	31	21,68%
				Pai	2	1,40%
				Não Informado	3	2,10%
2	Masculino	13	9,09%	Mãe	1	0,70%
				Pai	12	8,39%
				Não Informado	4	2,80%
2	Feminino e Masculino	94	65,73%	Mãe	2	1,40%
				Pai	88	61,54%
				Não Informado	4	2,80%
Total		143	100%	Total	143	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

No Polo Mandioca há indicação de um portador de deficiência física. Nos demais 142 formulários a existência de portador de deficiência física na família é negada (48), não informada (94).

Com relação à área cultivada, o maior percentual de área é de 0,60 há (76,92%), seguidos de 1,00 há (12,59%), com valor médio de área cultivada igual a 0,68 há (Tabela 9).

Já com relação ao cultivo, 98,60% dos inscritos afirmam cultivar feijão e milho. O cultivo não é informado por dois agricultores (1,40%).

Tabela 9 – Área cultivada e cultivo (Polo Mandioca)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	110	76,92%	Feijão e Milho
0,70	1	0,70%	
0,90	2	1,40%	
1,00	18	12,59%	
1,20	6	4,20%	
Não Informado	6	4,20%	
Total	143	100%	
Média	0,68		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.2 Polo Mocó

O Polo Mocó foi o segundo maior com base no número de inscrições, com 108 famílias cadastradas (10,34%).

De forma semelhante ao Polo Mandioca, no Polo Mocó a maior proporção de inscritos cadastrados é composta por dois titulares (73,15%), com o Pai sendo o responsável pelo sustento. A relação entre o gênero do titular e o gênero do responsável pelo sustento também existe (Tabela 10).

Tabela 10 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Mocó)

Qtde Titulares	Gênero do titular			Responsável pelo sustento		
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	20	18,52%	Mãe	16	14,81%
				Pai	4	3,70%
	Masculino	9	8,33%	Mãe	0	0,00%
				Pai	9	8,33%
2	Feminino e Masculino	79	73,15%	Mãe	0	0,00%
				Pai	79	73,15%
Total		108	100%	Total	108	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

No Polo Mocó houve indicação de um (0,93%) portador de deficiência física. Nos demais 107 (99,07%) formulários a existência de portador de deficiência física na família não foi informada.

O maior percentual de área cultivada foi 0,60 hectares (80,56%), seguido das áreas 0,90 hectare e 1,0 há, com 5,56% cada. O valor médio de área cultivada igual a 0,67 há (Tabela 11).

No que se refere ao cultivo, 98,15% dos inscritos afirmaram cultivar feijão e milho. Um agricultor não informou o cultivo (0,93%) e um informou cultivar feijão, milho e arroz (0,93%).

Tabela 11 – Área cultivada e cultivo (Polo Mocó)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	87	80,56%	Feijão e Milho
0,70	3	2,78%	
0,90	6	5,56%	
1,00	6	5,56%	
1,20	3	2,78%	
1,50	1	0,93%	
Não Informado	2	1,85%	
Total	108	100%	
Média	0,67		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.3 Polo Logradouro

O Polo Logradouro contém 106 inscrições, representando 10,15% de todos os 1.044 inscritos cadastrados. É o terceiro em número de cadastros.

O Polo Logradouro, terceiro em quantidade de inscritos, possui 106 famílias cadastrada no Garantia Safra, representando 10,15% do total das famílias cadastradas pela EMATER-PB (em 2015) no município de São José da Lagoa Tapada – PB.

Observou-se que, a maior proporção é composta por inscrições que apresentam dois titulares (83,02%) ou 88 inscrições. Das quais, o titular masculino é o responsável pelo sustento da família em 82 inscrições, 05 não foram informadas e 01 a titular feminina é a responsável pelo sustento da família (Tabela 12).

Tabela 12 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Logradouro)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	11	10,38%	Mãe	10	9,43%
				Pai	0	0,00%
				Não Informado	1	0,94%
2	Masculino	7	6,60%	Mãe	0	0,00%
				Pai	6	5,66%
				Não Informado	1	0,94%
2	Feminino e Masculino	88	83,02%	Mãe	1	0,94%
				Pai	82	77,36%
				Não Informado	5	4,72%
Total		106	100%	Total	106	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Com relação à área cultivada, o maior percentual de área é de 0,60 há (38,68%), em seguida, de 1,00 há (12,26%), o valor médio observado nesse polo foi de 0,70 hectares (Tabela 13).

Já com relação à área cultivada, 49 inscrições (46,23%), não informaram sua área de plantio no ato da inscrição. O cultivo das culturas não foi informado em 05 (4,71%) das inscrições (Tabela 13).

Tabela 13 – Área cultivada e cultivo (Polo Logradouro)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	41	38,68%	Feijão e Milho
0,70	1	0,94%	
0,80	1	0,94%	
0,90	1	0,94%	
1,00	13	12,26%	
Não Informado	49	46,23%	
Total	106	100%	
Média	0,70		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.4 Polo Tabuleiro do Meio

O quarto Polo com maior quantidade de inscrições, Polo Tabuleiro do Meio, é composto por 92 famílias cadastradas, representando 8,81% do total de agricultores cadastrados.

A maior proporção de inscritos nos formulários é composta por dois titulares (50,35%) ou 50 famílias, sendo o pai o responsável pelo sustento em 47 inscritos, nos demais, 01 titular é feminino e os 02 restantes não foram informados (Tabela 14).

Tabela 14 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Tabuleiro do Meio)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	23	25,00%	Mãe	16	17,39%
				Pai	3	3,26%
				Filhos	2	2,17%
				Mãe/Filhos	1	1,09%
				Não Informado	1	1,09%
2	Masculino	19	20,65%	Mãe	1	1,09%
				Pai	17	18,48%
				Filhos	1	1,09%
2	Feminino e Masculino	50	54,35%	Mãe	1	1,09%
				Pai	47	51,09%
				Não Informado	2	2,17%
Total		92	100%	Total	92	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Com relação à área cultivada, prevaleceu 0,60 há (69,57%), ou 64 inscrições, seguidos por 1,00 há com 15 inscritos (16,30%), o valor médio observado nesse polo foi de 0,76 hectares (Tabela 15).

Quanto ao cultivo, 05 inscrições (5,43%) não informaram suas áreas, e prevaleceu a opção de plantio no polo em análise das culturas de feijão e milho em consórcio.

Tabela 15 – Área cultivada e cultivo (Polo Tabuleiro do Meio)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	64	69,57%	Feijão e Milho
0,70	1	1,09%	
1,00	15	16,30%	
1,20	3	3,26%	
1,50	1	1,09%	
1,80	1	1,09%	
2,00	1	1,09%	
3,00	1	1,09%	
Não Informado	5	5,43%	
Total	92	100%	
Média	0,76		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.5 Polo Cacaré

O Polo Cacaré é o 5º com maior número de inscritos cadastrados, representando 8,62% do total de 1.044 formulários obtidos. Foram realizadas nesse polo 90 inscrições.

No polo em análise, a maior proporção de inscrições é composta por dois titulares (68,89%) ou 62 inscrições, o titular masculino é o responsável pelo sustento familiar em 59 formulários, em 02 inscrições a titular feminino foi a responsável pelo sustento familiar e 01 não informou (Tabela 16).

Tabela 16 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Cacaré)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	22	24,44%	Mãe	18	20,00%
				Pai	3	3,33%
				Não Informado	1	1,11%
2	Masculino	6	6,67%	Mãe	0	0,00%
				Pai	5	5,56%
				Não Informado	1	1,11%
2	Feminino e Masculino	62	68,89%	Mãe	2	2,22%
				Pai	59	65,56%
				Não Informado	1	1,11%
Total		90	100%	Total	90	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Com relação à área cultivada, prevaleceu o tamanho de 0,60 hectares (75,56%) ou 68 inscrições, na sequência, com 1,00 (14,44%) ou 13 inscrições, o valor médio da área dos inscritos nos formulários foi 0,71 hectares (Tabela 17).

Já com relação ao cultivo, (100%) informaram suas áreas de plantio com as culturas do feijão e milho na condição de consócio agrícola (Tabela 17).

Tabela 17 – Área cultivada e cultivo (Polo Cacaré)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	68	75,56%	Feijão e Milho
0,70	1	1,11%	
0,90	3	3,33%	
1,00	13	14,44%	
1,20	3	3,33%	
1,50	1	1,11%	
2,00	1	1,11%	
Total	90	100%	
Média	0,71		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.6 Polo Caatinga

Sexto dentre os 13 Polos pertencentes ao município de São José da Lagoa Tapada, o Polo Caatinga possui 85 inscrições cadastrados (8,14%).

A quantidade com maior proporção é composta por dois titulares (70,59%) ou 60 famílias, o titular masculino prevaleceu como sendo o responsável pelo sustento familiar em 100% dos inscritos (Tabela 18).

Tabela 18 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Caatinga)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	17	20,00%	Mãe	15	17,65%
				Pai	0	0,00%
				Não Informado	2	2,35%
2	Masculino	8	9,41%	Mãe	0	0,00%
				Pai	8	9,41%
				Feminino e Masculino	60	70,59%
2	Feminino e Masculino	60	70,59%	Mãe	0	0,00%
				Pai	60	70,59%
Total		85	100%	Total	85	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Com relação à área cultivada, no polo em análise, (60%) ou 51 inscritos fizeram a opção para plantar 0,60 hectares, seguida por 1,00 hectares (22,35%) com 19 inscritos, o valor médio observado foi de 0,75 hectares (Tabela 19).

Já com relação ao cultivo (5,88%) ou 5 inscrições não foi informada a área do plantio, sendo que, (100%) dos inscritos fizeram a opção por plantar as culturas do milho e feijão em consórcio (Tabela 19).

Tabela 19 – Área cultivada e cultivo (Polo Caatinga)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	51	60,00%	Feijão e Milho
0,70	3	3,53%	
0,90	2	2,35%	
1,00	19	22,35%	
1,20	4	4,71%	
1,50	1	1,18%	
Não Informado	5	5,88%	
Total	85	100%	
Média	0,75		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.7 Polo Formigueiro

O Polo Formigueiro é o sétimo em quantidade de inscrições, com 75 cadastrados, o que representa 7,18%.

Prevalece, no polo em análise, as inscrições com dois titulares em (77,33%) ou 58 inscrições, o titular masculino é o responsável pelo sustento familiar em todos os formulários, com ambos titulares (Tabela 20).

Tabela 20 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Formigueiro)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	8	10,67%	Mãe	7	9,33%
				Pai	1	1,33%
2	Masculino	9	12,00%	Mãe	0	0,00%
				Pai	9	12,00%
2	Feminino e Masculino	58	77,33%	Mãe	0	0,00%
				Pai	58	77,33%
Total		75	100%	Total	75	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Quando nos referimos à área cultivada, prevaleceu 0,60 hectares (45,33%) ou 34 das inscrições, em seguida, com 1,00 hectares (38,67%) em 29 formulários, o valor médio observado de área plantada foi de 0,91 hectares no polo descrito (Tabela 21).

Já no cultivo, (100%) ou 75 formulários de inscrição, foi informada à área que irá ser plantada e o consórcio de culturas do feijão e milho (Tabela 21).

Tabela 21 – Área cultivada e cultivo (Polo Formigueiro)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	34	45,33%	Feijão e Milho
0,70	1	1,33%	
0,90	1	1,33%	
1,00	29	38,67%	
1,10	1	1,33%	
1,20	4	5,33%	
1,50	1	1,33%	
2,00	2	2,67%	
2,50	1	1,33%	
3,00	1	1,33%	
Total	75	100%	
Média	0,91		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.8 Polo Sarapó

O Polo Sarapó, oitavo em quantidade de inscrições, possui 72 cadastrados, representando 6,90% do total de agricultores cadastrados nos 13 Polos.

A maior proporção observada nesse polo de inscrição foi de formulários com os dois titulares (masculino e feminino) em (66,67%) ou 48 inscrições, sendo o titular masculino, o responsável pelo sustento da família e 03 não informadas (Tabela 22).

Tabela 22 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Sarapó)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	11	15,28%	Mãe	9	12,50%
				Pai	1	1,39%
				Não Informado	1	1,39%
2	Masculino	13	18,06%	Mãe	0	0,00%
				Pai	13	18,06%
				Não Informado	0	0,00%
2	Feminino Masculino	e 48	66,67%	Mãe	0	0,00%
				Pai	45	62,50%
				Não Informado	3	4,17%
Total		72	100%	Total	72	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Com relação à área cultivada, observou-se a prevalência da área de 0,60 hectares (37,50%) ou 27 inscrições, na sequência, com plantio de 1,00 hectares (33,33%) ou 24 inscrições e com 1,20 hectares (18,06%) em 13 inscrições (Tabela 23).

Já com relação ao cultivo 03 inscrições não informaram suas culturas, em (100%) informaram a realização do plantio das culturas do feijão e milho (Tabela 23).

Tabela 23 – Área cultivada e cultivo (Polo Sarapó)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	27	37,50%	Feijão e Milho
0,70	1	1,39%	
0,90	3	4,17%	
1,00	24	33,33%	
1,20	13	18,06%	
2,00	1	1,39%	
Não Informado	3	4,17%	
Total	72	100%	
Média	0,89		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.9 Polo Mirante

Nono Polo em quantidade, o Polo Mirante possui 67 inscrições cadastrados, o que representa 6,42% do total.

Observou-se no polo em análise em (70,15%) ou 47 das inscrições, foram identificados dois titulares (masculino e feminino), dos quais, 45 inscritos o titular masculino é o responsável pelo sustento familiar, 02 não informaram no formulário o responsável (Tabela 24).

Tabela 24 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Mirante)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	11	16,42%	Mãe	10	14,93%
				Pai	0	0,00%
				Não Informado	1	1,49%
2	Masculino	9	13,43%	Mãe	0	0,00%
				Pai	9	13,43%
				Não Informado	0	0,00%
2	Feminino e Masculino	47	70,15%	Mãe	0	0,00%
				Pai	45	67,16%
				Não Informado	2	2,99%
Total		67	100%	Total	67	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Quanto à área cultivada, observou-se no polo em análise a prevalência nas inscrições de 0,60 hectares (68,66%) ou 46 formulários, em seguida com 1,00 hectares (16,42%) 11 inscritos, 06 (8,96%) não informaram a área de cultivo, o valor médio cultivado é de 0,71 hectares (Tabela 25).

Já com relação ao cultivo 06 (8,96%) inscrições não informaram as áreas de cultivo, com relação às culturas, (100%) dos formulários optaram pelo consórcio das culturas do feijão e milho (Tabela 25).

Tabela 25 – Área cultivada e cultivo (Polo Mirante)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	46	68,66%	Feijão e Milho
0,70	1	1,49%	
1,00	11	16,42%	
1,20	2	2,99%	
1,50	1	1,49%	
Não Informado	6	8,96%	
Total	67	100%	
Média	0,71		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.10 Polo Cais

O Polo Cais é o décimo em quantidade de inscrições cadastrados, com 66 agricultores, o que representa 6,32% do total de 1.044.

A maior proporção observada no polo em análise é composta por dois titulares (77,27%) ou 51 inscrições, o titular masculino é o responsável pelo sustento familiar em 50 formulários, 01 titular feminino foi verificado (Tabela 26).

Tabela 26 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Cais)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	6	9,09%	Mãe	5	7,58%
				Pai	1	1,52%
	Masculino	9	13,64%	Mãe	1	1,52%
				Pai	8	12,12%
2	Feminino e Masculino	51	77,27%	Mãe	1	1,52%
				Pai	50	75,76%
	Total	66	100%	Total	66	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Para os dados referentes à área cultivada (51,52%) ou 34 inscrições informaram o plantio de 0,60 hectares, seguida por 1,00 (25,76%) com 17 inscrições foram mais representativos no polo analisado (Tabela 27).

Com relação ao cultivo, apenas 01 (1,52%) não informou a sua área de cultivo, todos os inscritos informaram a opção pelo cultivo do consórcio de feijão e milho (tabela 27).

Tabela 27 – Área cultivada e cultivo (Polo Cais)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	34	51,52%	Feijão e Milho
0,70	4	6,06%	
0,75	2	3,03%	
0,90	8	12,12%	
1,00	17	25,76%	
Não Informado	1	1,52%	
Total	66	100%	
Média	0,75		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.11 Curral Velho

Décimo primeiro com menor quantidade de inscrições, o Polo Curral Velho possui 56 agricultores cadastrados, o que representa 5,36%.

No polo em análise, aparece com (80,36%) ou 45 inscrições os titulares (masculino e feminino), sendo que, dos quais, 44 inscritos o titular masculino é responsável pelo sustento familiar, e 01 o responsável é a titular feminina (Tabela 28).

Tabela 28 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Curral Velho)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	8	14,29%	Mãe	6	10,71%
				Pai	0	0,00%
				Não Informado	2	3,57%
2	Masculino	3	5,36%	Mãe	0	0,00%
				Pai	3	5,36%
				Feminino	1	1,79%
e	Masculino	45	80,36%	Pai	44	78,57%
				Total	56	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Com relação à área cultivada informada no formulário, (66,07%) ou 37 inscrições declararam plantar 0,60 hectares, (14,29%) ou 08 inscrições informaram que realizam o plantio em 1,00 hectares, outros (14,29%) com 08 inscritos não informaram (Tabela 29).

Quanto às culturas declaradas no ato da inscrição, do total de 56 no polo, Não informou (01) e declarou plantar feijão/milho e arroz (01). As demais informaram o plantio das culturas do feijão e milho em sistema de consórcio (Tabela 29).

Tabela 29 – Área cultivada e cultivo (Polo Curral Velho)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	37	66,07%	Feijão e Milho
0,70	1	1,79%	
1,00	8	14,29%	
1,20	1	1,79%	
2,00	1	1,79%	
Não Informado	8	14,29%	
Total	56	100%	
Média	0,71		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.12 Polo Barro Branco

Penúltimo Polo na quantidade de inscrições, o Polo Barro Branco possuiu 46 agricultores cadastrados, representando 4,41% do total de 1.044 inscritos.

No polo em análise, a maior proporção declarada nos formulários de inscrição foi (76,09%) ou 35 inscrições são compostas por dois titulares, dos quais, 35 informaram que o titular masculino é responsável pelo sustento familiar (Tabela 30).

Tabela 30 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Barro Branco)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	5	10,87%	Mãe	4	8,70%
				Pai	1	2,17%
2	Masculino	6	13,04%	Mãe	0	0,00%
				Pai	6	13,04%
2	Feminino e Masculino	35	76,09%	Mãe	0	0,00%
				Pai	35	76,09%
Total		46	100%	Total	46	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Já quando nos referimos à área cultivada, como nas demais, a proporção maior foi de 0,60 hectares com 31 inscrições, seguida por 1,0 hectares (17,39%) com 08 inscritos. Três inscrições não informaram à área no campo de preenchimento (Tabela 31).

Quanto ao cultivo das culturas (100%) ou 46 inscrições declararam plantar o consórcio entre as culturas do feijão e milho (Tabela 31)

Tabela 31 – Área cultivada e cultivo (Polo Barro Branco)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	31	67,39%	Feijão e Milho
0,70	1	2,17%	
0,90	1	2,17%	
1,00	8	17,39%	
1,20	2	4,35%	
Não Informado	3	6,52%	
Total	46	100%	
Média	0,71		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

4.2.13 Polo Extrema

Com apenas 38 inscrições cadastrados, o Polo Extrema foi o com menor número, representando 3,64% de todos os agricultores cadastrados.

Prevalecem, no polo em análise, as inscrições com dois titulares em (63,16%) ou 24 inscritos, o titular masculino é o responsável pelo sustento familiar em 23 formulários, em 01 não foi informado (Tabela 32).

Tabela 32 – Gênero do titular e responsável pelo sustento (Polo Extrema)

Qtde Titulares	Gênero do titular		Responsável pelo sustento			
	Gênero	Qtde	%	Responsável	Qtde	%
1	Feminino	9	23,68%	Mãe	8	21,05%
				Pai	0	0,00%
				Filhos	1	2,63%
	Masculino	5	13,16%	Mãe	0	0,00%
Pai				5	13,16%	
2	Feminino e Masculino	24	63,16%	Mãe	0	0,00%
				Pai	23	60,53%
				Não Informado	1	2,63%
Total		38	100%	Total	38	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Com relação à área cultivada, prevaleceu 0,60 hectares (35,79%) ou 25 das inscrições, em seguida, com 1,00 hectares (5,26%) em 02 formulários, o valor médio observado foi de 0,64 hectares no polo descrito. (26,32%) não informou a área de plantio (Tabela 33).

Já no cultivo, (100%) ou 38 formulários de inscrição optou pelo consórcio das culturas do feijão e milho (Tabela 33).

Tabela 33 – Área cultivada e cultivo (Polo Extrema)

Área cultivada			Cultivo
Área (ha)	Qtde	%	
0,60	25	65,79%	Feijão e Milho
0,90	1	2,63%	
1,00	2	5,26%	
Não Informado	10	26,32%	
Total	38	100%	
Média	0,64		

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

5 CONCLUSÃO

Após a análise dos dados obtidos no decorrer da realização da pesquisa, constatou-se, os números do programa G.S no município e suas especificidades, por meio do qual, podemos fazer uma reflexão com relação a cada polo de inscrição exposto através da realização da pesquisa, o seu detalhamento e sua importância e principalmente a disponibilização das informações aos agentes públicos em geral das informações colhidas no trabalho para as intervenções caso sejam necessárias para a obtenção e melhores resultados nos serviços públicos.

Com relação às famílias, sob o ponto de vista social, predominou as inscrições apresentaram algum tipo de união estável (casados, amasiados etc.), os demais, conforme os dados da pesquisa são famílias com apenas 01 titular (feminino ou masculino) declaradas na inscrição. Um fator importante a destacar, com relação às inscrições, seria a desclassificação do programa da família que declarar possuir renda mensal de 01 salário mínimo de atividades não rural, sendo assim, ultrapassa o teto permitido e poderá ser eliminado pelo CMDRS. Constataram-se casos em que houve inscrições com omissão do segundo titular, especialmente por esse cônjuge possuir algum vínculo empregatício, ou que participe de outro programa de governo, com isso, haveria o acúmulo de vínculos e acréscimo da renda familiar que possivelmente seriam excluídos do programa pelo conselho e haveria alteração nos dados apresentados no estudo.

O polo de inscrição que apresentou um maior percentual de unidades familiares com dois titulares (masculino e feminino) foi o polo Logradouro e na outra extremidade está o polo Taboleiro do Meio. Nesta última, pouco mais da metade dos inscritos possui união estável.

Constatou-se a predominância, através do censo das informações, em todos os polos de inscrição o plantio de 0,60 há nos estabelecimentos familiares durante o processo de adesão (inscrição), ou seja, 2,0 tarefas, à área mínima. Com relação às culturas, o feijão e milho quase que na totalidade. As causas mais prováveis para essa constatação seria a persistência da seca que assola toda região por vários anos; pode-se destacar a questão fundiária que, apesar de não constar na pesquisa, representa um percentual significativo; outro fator a destacar, de acordo com nossa observação, após o progresso econômico brasileiro nos últimos doze anos deu uma dinâmica diferenciada as famílias de agricultores que atualmente não

dependem exclusivamente das atividades rurais e os programas sociais em menor proporção, porém, merece ser destacada como fator de abstenção rural.

O polo Formigueiro, dentre os 13 polos de inscrição do GS, é o que apresentou a maior média de área cultivada, obtendo 0,91 há. Do outro lado, o polo Extrema apresentou a menor média de área plantada. O polo Formigueiro possui um dos melhores solos do município, uma extensa faixa de solos de aluvião cruzando a comunidade e adjacência, áreas muito atrativas e produtivas para plantio. Quanto ao polo Extrema, essa localidade possui como característica de exploração agrícola em pequenas áreas de terras e a criação de animais e plantio de pastagens para pequenos rebanhos, estas características dessa localidade rural.

Por fim, o programa GS precisa de ajustes, principalmente na fiscalização das unidades de produção agrícola, para realizar a vistoria em loco para comprovação da realização do plantio de todos os inscritos utilizando-se de fotografias e coleta das coordenadas geográficas do roçado que atualmente é realizada de apenas um pequeno percentual do total de inscritos. Para o caso em estudo determina que, entre 501 a 1000 inscritos sejam realizadas 40 fiscalizações e elaborados os laudos amostrais.

Outro ponto a destacar e questionar, seria a metodologia utilizada para obtenção dos dados e por meio dos quais a liberação do pagamento para os municípios, onde o formato atual regulamentado pela portaria de nº 42 de 07 de dezembro de 2012 da SAF determina que cada município seja realizado a coleta de laudos amostrais – realizado pela Emater – utilizam-se também os dados agroclimáticos fornecidos pelo INMET – Instituto Nacional de Meteorologia e por fim a PAM – Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, através dos quais, é feita uma análise e por meio de equações aritméticas definem a contemplação ou não dos municípios na folha de pagamento. Diante do exposto, os laudos de vistoria, para o município da pesquisa, são em um número de 40 de um total de 985 inscrições que segundo a portaria Nº 42 tem um nível de confiança de 90%, porém, deveria contemplar também nos dados amostrais a área geográfica do município, pois quanto maior o município aumenta a margem de erro, devido à irregularidade das chuvas e principalmente temos observado a intensidade em pontos distintos no mesmo município. Já quando nos referimos aos dados agroclimáticos fornecidos pelo INMET, as estações de meteorológicas estão distribuídas num raio muito distante, dispersos entre os estados, o que interfere diretamente na precisão dos dados e conseqüentemente nos resultados, problema que poderia ser solucionado com o acompanhamento sistemático das lavouras na própria localidade. Observando desde o plantio

até a colheita em áreas nos quatro pontos cardeais, ou seja, norte, sul, leste e oeste em diferentes condições de solos e práticas de plantio. Por fim, os dados da PAM do IBGE são realizados através de pesquisas em pequenas amostras em secretarias de agricultura, sindicato rural e até mesmo na própria Emater, o que poderá comprometer dos dados e consequentemente os resultados que às vezes contempla municípios e exclui outros.

Portanto, deve haver mudanças e ações que resultem em melhorias nos serviços. Com isso, promovam resultados consistentes para traduzir-se em políticas públicas condizentes com as necessidades da população. Melhorias que poderiam ser obtidas com a participação da base, ou seja, políticas com a participação de todos os atores envolvidos e em todas as etapas do processo até a elaboração da política propriamente dita. Dessa forma, seriam mais bem direcionadas as necessidades populares.

6 REFERÊNCIAS

- BANCO DO NORDESTE. (2012). *FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS EXERCÍCIO DE 2010*. FORTALEZA: BNB.
- BIANCHI, M., SILVA, C. V., GELATTI, R., & ROCHA, J. L. (2009). *A EVOLUÇÃO E O PERFIL DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO ENANPAD ENTRE 1999 E 2008*, pp. 1 - 26.
- BNB. (2011). *Agenda do Produtor Rural do Banco do Nordeste. Agenda do Produtor Rural*.
- DIEL, F. J., BRIGHENTI, J., SOUSA, T. R., DIEL, E. H., & HEIN, N. (20 de 11 de 2013). *INVESTIMENTOS AMBIENTAIS E DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO*. (P. D. Neto, Ed.) Acesso em 2016, disponível em Revistas U: [HTTP://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/574](http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/574)
- EMATER, E. d. (2005). *REGIMENTO INTERNO*. Cabedelo, Brasil: Editora Emater-PB.
- EMATER-PB. (2014). *Principais Resultados Alcançados pelo Governo do Estado Através da EMATER-PB*. João Pessoa-PB.
- EMATER-PB. (2016). U.O. São José da Lagoa Tapada.
- Governo da Paraíba. (13 de 02 de 2013).
<http://www.paraibatotal.com.br/noticias/2013/02/13/01724-governo-lanca-programa-palma-resistente-que-vai-beneficiar-20-mil-produtores-rurais>. Acesso em 01 a 10 de 05 de 2016, disponível em Paraíba Total:
<http://www.paraibatotal.com.br/noticias/2013/02/13/01724-governo-lanca-programa-palma-resistente-que-vai-beneficiar-20-mil-produtores-rurais>
- GUANZIROLI, C. H., SABBATO, A., & VIDAL, M. (2011). *AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE UMA ANÁLISE ENTRE DOIS CENSOS AGROPECUÁRIOS*. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- IBGE. (2016). *IBGE Cidades - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Acesso em 25 a 12 de 04 e 05 de 2016, disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/>:
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251420&search=paraiba|sao-jose-da-lagoa-tapada>
- IPEA. (2009). *BRASIL em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, volume 2*. Brasília, Brasil.
- MARTINS, D. R. (29 de Junho de 2009). *COMPOSIÇÃO E EXPRESSIVIDADE DAS DESPESAS COM GESTÃO AMBIENTAL REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO DE 2003 A 2008*. Acesso em Maio de 2016, disponível em Google Academicos:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126838/Contabeis291269.pdf?sequence=1>
- MDA - Políticas Públicas. (2013). *Políticas Públicas Para Agricultura Familiar*. Acesso em 01 a 12 de 05 de 2016, disponível em

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf

MDA. (2014). *Sistema de Emissão de DAP*. Acesso em 01 a 12 de 05 de 2016, disponível em Secretaria da Agricultura Familiar - Dap Web:

<http://dap.mda.gov.br/dapweb/ManualDAP/MANUAL%20DO%20AGENTE%20EMISSOR.pdf>
>

MDA. (s.d.). *www.mda.gov.br*. Acesso em 27 de 05 de 2016, disponível em Ministério do desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>

RAUPP, F. M., & BEUREN, I. M. (2009). Revista de Administração e Inovação. (M. d. Campanario, Ed.) *PROGRAMAS OFERECIDOS PELAS INCUBADORAS BRASILEIRAS ÀS EMPRESAS INCUBADAS*, 6, pp. 83 - 107.

SAF. (s.d.). *www.mda.gov.br*. Acesso em 01 a 12 de 05 de 2016, disponível em Ministério do desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>

SANTOS, A., & GOIS, F. F. (2011). *MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL*. Fortaleza-CE: Premius.

SEDAP. (18 de 04 de 2011). *Secretaria de Agropecuária e Pesca - Programas e Ações*. Acesso em 01 a 09 de Maio de 2016, disponível em <http://paraiba.pb.gov.br>:
<http://paraiba.pb.gov.br/agropecuaria-e-pesca/programas-e-acoas/>

SOUSA, E. G. (2013). *A ADMINISTRAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES CONTRATANTES DO AGROAMIGO NO MUNICÍPIO DE NAZAREZINHO-PB*. Sousa, Paraíba.

ANEXO

Formulário de Inscrição do Garantia Safra

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Ministério do Desenvolvimento Agrário



Para agricultores que já possuem registrados na base de dados da SAF modelos de DAP 1.5.2, 1.6.2 ou 1.7.2

I Identificação do(a) Agricultor(a) Familiar

TITULARES

* Nome : _____

* CPF: |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|-|_|_|_|

* Nome : _____

* CPF: |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|-|_|_|_|

II Informações para o Garantia Safra

* Responsável pelo sustento da Família: () Pai () Mãe () Filhos

* Número de familiares portadores de deficiência: _____

Participa do programa Biodiesel do Governo Federal: () Sim () Não

* Das Culturas. 1. Área total de cultivo: _____ ha

2. Área total em consórcio Feijão e Mamona: _____ ha

3. Cultiva no estabelecimento: () Algodão () Arroz () Feijão () Mandioca () Milho () Feijão X Mamona

Faz Irrigação da cultura: () Algodão () Arroz () Feijão () Mandioca () Milho () Feijão X Mamona

III Declaração do(s) Beneficiário(s)

Declaro, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), que os dados acima correspondem com à verdade e que solicitei o meu enquadramento para o Grupo ____, conforme facultado no MCR 10-2-4.

Local: _____ Data: ____/____/____

Assinatura 1: _____

Assinatura 2: _____

Polegar direito 1

Polegar direito 2

IV Atestado da(s) entidade(s) credenciada(s) pelo MDA

Atesto que o(s) titular(es) acima identificado(s) atende(m) aos critérios definidos no Manual de Crédito Rural para enquadramento como beneficiário(a) do Crédito Rural ao amparo do Pronaf no grupo: ____ Reenquadramento: Foi solicitado reenquadramento? ____ (1 = não; 2 = sim e não concordo; e 3 = sim e concordo) - Grupo Final ____.

* Instituição CNPJ: |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|-|_|_|_|

* Representante CPF: |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|-|_|_|_|

Local: _____ Data: ____/____/____

Assinatura: _____